GAL. GÓES MONTEIRO

Discurso - Prefacio de
José Americo de Almeida

Lavradio, 60 - Rio

Gal. GÓES MONTEIRO

A Revolução de 30

e a finalidade política do exército

Gal. GÓES MONTEIRO

A Revolução de 30

E A FINALIDADE POLÍTICA DO EXÉRCITO

(Esboço Histórico)

Prefácio de

José Américo de Almeida

ADERSEN - EDITORES

Rua Lavradio, 60-1° andar - Rio

ÍNDICE

PREFÁCIO

UM TÓPICO

I

A REVOLUÇÃO DE 30

I N D I C E

II

A FINALIDADE POLÍTICA DO EXÉRCITO

III

O EXÉRCITO E O BRASIL

I N D I C E

IV

MINISTRO DA GUERRA

V

EXPLICAÇÃO DE ASSIS CINTRA

O Que Disse José Américo

P R E F Á C I O

O ministro José Américo, falando em nome da alma revolucionária de 30, saudou o general Góes Monteiro na seguinte alocução, memorável e significativa:

As homenagens que vos são tributadas, hoje exprimem, só por si, os valores de vossa formação. A dos militares consagra vossa vocação de soldado; a dos civis preconiza vossa mentalidade de cidadão. Técnico da guerra, com a claridade de discernimento da estrutura que convém às Forças Armadas e da atuação que lhes deve ser atribuída, cultivais, ao mesmo tempo, os problemas da paz com um descortino de estudioso da evolução da nacionalidade.

Diz Keyserling, nas suas "Meditações sul-americanas", que: "Entre o mundo da

guerra e o mundo da paz não existe a menor continuidade e, deste modo, o homem adatado a um desses estados tem que fracassar no outro". Mas reconhece também que "o mais cruel dos guerreiros pode ser um santo".

É o equilíbrio da ação, o ritmo da consciência do dever com a sensibilidade d'alma, que vem regulando a vossa vida.

UMA CONTRADIÇÃO APARENTE

É essa a aparente contradição de vossas atitudes.

Condenais a intervenção dos militares na política como prejudicial ao espírito da classe. E participais — vós mesmo — dos conselhos do governo e das próprias organizações partidárias que a revolução modelou.

P R E F Á C I O

Não é, talvez, por gosto que partilhais, assim, em esferas que se afiguram opostas aos vossos compromissos públicos.

É uma determinação dos matizes do Movimento de 1930. Respondeis pelos paisanos que conjuraram convosco e pelos camaradas que vos confiaram a honra de soldados e a própria vida nesse desfecho. Sois um fiador das duas correntes que precipitaram toda a força de alma do Brasil na solução extrema.

Sentis a oportunidade desses contatos, para a transfusão de sentimentos solidários. E forcejais, desse modo, sobretudo, corrigir os reflexos de uma errônea orientação geral nos destinos das Forças Armadas.

Ser compreendido é a maior aspiração de um homem de projeção pública. E nós vos compreendemos.

A DITADURA MIXTA

Dessa diversidade de fatores decorreu uma ditadura mixta — mais civil que militar — de maiores reações nos seus processos de reajustamento do que contra o inimigo comum.

Todos nós provamos esse "amargor da vitória".

É difícil fazer-se revolucionário — diz Mussolini: nasce-se como tal.

Ninguém improvisa um temperamento, principalmente para uma obra de sacrifício e de renúncia.

A massa insurreta era uma mescla inconciliável; estômagos vazios de idealistas que passavam fome e de aproveitadores que queriam comer; sangue de heróis e incondicionalismo de poltrões; a proliferação dos chefes e subchefes, conse-

cutiva a todas as revoluções, subvertendo o princípio da autoridade e da hierarquia; aspirações delirantes e comodismo de oportunistas.

E o desencanto dos que haviam entresonhado o milagre das transformações instantâneas? É outro fenômeno, marcado por Mussolini, como uma fatalidade histórica: "A maior parte das revoluções começa com cem por cento; depois, o novo espírito se retrai, se mescla cada vez mais com o antigo".

O próprio chefe civil do movimento teve de enfrentar, com uma média de qualidades providencial, as contingências desse penoso equilíbrio de uma situação heterogênea.

Num país fortemente organizado, de "civilização antiga e intacta", Maurois surpreendeu, no estudo do curioso perfil

de Disraeli, as mesmas influências perturbadoras: "Os acontecimentos impõem atos quotidianos, muitas vezes não desejados. Passam-se os dias a reparar os erros de um tolo, a lutar contra a teimosia de um amigo". Mas, é aquele mesmo estadista quem nos sugere que "a fidelidade de um partido, mesmo ingrato, é uma virtude política necessária". Ninguém teria o direito de desertar, numa emergência tão grave, de uma ordem de coisas que ajudara a crear, embora com os objetivos mais honestos.

Ser puro entre os puros é uma virtude convencional; mas cumprir o dever por exceção é mais do que uma virtude: é o sacrifício supremo de lutar contra amigos e inimigos.

O pensamento inicial do poder civil teve que ser partilhado com o poder militar.

P R E F Á C I O

A debilidade dos contingentes políticos, em meios em que os partidos se haviam organizado à volta do poder, de que viviam e para que viviam, não lograria resistir a frequentes crises de autoridade. Impunha-se, ainda que transitoriamente, um regime de força ou, pelo menos, a atuação de elementos sobranceiros às competições locais.

O "tenentismo" foi, com alguns exageros, essa imposição das circunstâncias e, em certos casos, uma concessão política a tendências opostas que já se exacerbavam.

Mas acirrou-se, cada vez mais, a incompatibilidade entre os militares e os chamados políticos profissionaes que transformam o tirocínio público, que pode ser uma profissão lícita, em locupletação ilícita.

Depois desse período de decantação, o Exército regressa a si próprio, como diria Salazar.

Permanecem nesses postos apenas os que demonstram vocação pública para o governo civil ou se tornaram prisioneiros da popularidade que se crearam, pelo exercício das virtudes revolucionárias.

Interviestes, também, nessa transição do ambiente trepidante, general Góes Monteiro, com um puro patriotismo de cidadão e de soldado, em que não se sabe quem mais vos ficou a dever—se o sentimento civil da nacionalidade, se as próprias classes armadas, que não querem desmilitarizar-se, longe da sua profissão, ameaçada de desvirtuar-se na desordem e nos apetites da vida política.

O MILITARISMO POLÍTICO

Mas a maioria dos que ainda se insurgem contra a esterilidade do predomínio dos políticos apela para o advento da ditadura militar, com uma organização à parte, visando a plenitude do poder.

Nós bem sabemos que o Exército não pensa nisso. Tenhamos, porém, o desassombro de falar alto, reafirmando ou retificando essas versões escusas.

As Forças Armadas constituem, de fato, a classe mais bem organizada do Brasil, mas devemos ter a decisão de dizer, de uma vez por todas, que o militarismo não convém às nossas instituições, nem, tampouco, aos próprios militares.

Temos uma amarga experiência de emulações violentas dos que, arrogando-

se as mesmas prerogativas, disputavam, com os instrumentos de reação imediata de que dispunham, as mesmas posições.

É a história do ideal militar sul-americano que Eduardo Prado denunciou nos "Fastos da Ditadura Militar no Brasil", como "uma crônica, às vezes sangrenta e sempre degradante das rivalidades de quartel". E malsina "o equívoco personagem que nas sociedades cultas há de ser sempre o militar que, pelas baionetas dos seus subordinados, quiser conquistar posições políticas".

Já Latino Coelho profligava, no "Elogio Histórico de José Bonifácio", a crise que, em 1823, ameaçava o Brasil com cruentos dissídios: "Os oficiais da guarnição, no Rio de Janeiro, ousavam intervir nas questões políticas, pedindo ao impera-

dor que refreasse a imprensa, suprimindo o 'Tamoio' e a 'Sentinela', e expulsasse da Assembléia José Bonifácio e seus irmãos e consortes na política".

A história é esse tecido de coincidências.

O PAPEL DO EXÉRCITO

Às Forças Armadas é reservada uma missão mais decisiva.

Cumpre não restringir o papel do Exército à obediência passiva.

É ainda Keyserling quem descobre no conceito da disciplina "um sentido da libertação do espírito".

Bem sabemos o que representa essa instituição como elemento de defesa externa. Nos países dominados por uma menta-

lidade guerreira, na iminência dos conflitos internacionais, toda a formação das Forças Armadas é regulada por esse pensamento defensivo, com a obstrução de qualquer outra influência imediata. Basta que os governos lhes facultem os recursos da guerra. São "testemunhas mudas" de todas as comoções do cenário político.

Mas assiste também ao Exército, notadamente nos países mal organizados, assegurar a ordem interna, que não é representada somente pela garantia material das instituições, mas, por egual, pela integridade política e moral da pátria.

Uma instituição saturada do sentimento nacional que deriva de todos os recantos do Brasil, pela procedência dos elementos que a compõem, não pode cair nesse estado de indiferença. Ou, antes,

não pode acumpliciar-se, pelo preconceito da ordem constituída, com uma falsa legalidade aviltante e oprobriosa.

Se tudo se tumultua, as Forças Armadas descambarão também nesse vórtice: se tudo se decompõe, as Forças Armadas se dissolverão também na decadência da organização material e do espírito de colaboração pública.

Não pode haver bons exércitos sem bons governos.

Assim, seria sempre idônea a intervenção das classes armadas para conjurar o caos, mormente onde falece uma opinião organizada com a necessária cultura política para o discernimento dessas situações periclitantes e se tornam imponentes as reações inermes.

Seria deter, de um golpe, pelo direito da revolução, que prevalece sobre todos os

outros direitos, como a legítima defesa dos povos, a anarquia devoradora de vidas e do patrimônio material e moral de uma civilização e que poderia acarretar maiores danos, até a fatalidade do separatismo.

SOLUÇÕES DO DESESPERO

Só nesses extremos o Exército poderia desencadear a sua ação política, não para se apossar da pátria, mas para salvá-la.

Seria uma solução de desespero.

Não há uma psicologia de profissão; mas há sentimentos apurados por certas profissões, como a cultura quotidiana das virtudes militares.

A maior delas é o heroísmo, o sacrifício de si próprio.

Quem tem a vida como um dom da pátria dá-lhe tudo mais.

Se o Brasil estiver ainda a pique de regressar à desordem política, à corrupção pública, à inutilidade administrativa, c Exército saberá cumprir o seu dever de patriotismo, subtraindo-o a um mal maior, que é a sangria prolongada, a infecção mortal da nacionalidade. Mas, para restituí-lo, depois de saneado, à ordem civil.

A UNIÃO SAGRADA

General Góes Monteiro:

Não sei que exortação vos fizeram vossos camaradas no dia de hoje. Talvez vos tenham concitado a refugir ao convívio suspeito dos políticos.

Nós procuramos induzir-vos ao contrá-

rio, a vos integrardes, cada vez mais, na intimidade da vossa classe gloriosa, afim de poderdes colaborar, com o vosso prestígio incontrastável, no empenho de disciplina e de engrandecimento do Exército nacional, para maior segurança da pátria e das instituições.

Consolidai a união dos militares, para que, se um dia fôr preciso, o Exército não seja apenas o braço armado da nação, como instrumento de um poder ilegítimo, mas um órgão de salvação. Para que sobretudo, nesse lance, o Exército não se mova por um surto de ambição pessoal, por um homem, por um grupo de oficiais aventureiros, por um pronunciamento criminoso, por impulsos periódicos e desarticulados, por uma revivescência de caudilhismo — mas pela consciência da nação, apelando para a sua própria força.

Só nessa conjuntura a ordem militar poderia sobrepôr-se à ordem civil. As classes armadas, formando à beira do abismo, num movimento irresistível, resguardariam a pátria do despenho iminente.

Eu sei que vos compete a organização da paz. Mas não há paz possível dentro da desordem cultural, política, social e econômica de um povo.

Se não se operar toda a transformação de que o Brasil ainda carece, por processos normais, pela evolução pacífica, impõem-se as soluções radicais, não para que o Exército se apodere do Estado, mas para que, na forma ditatorial que convém às reformas fundamentais, se consume, mais depressa, a construção de nossa vida moderna.

Nenhum homem, porém, poderá assu-

mir, por si só, a responsabilidade de uma iniciativa de tamanha envergadura.

Esses movimentos são comandados menos por influências pessoais do que pela própria força dos acontecimentos.

Pena é que as vossas manifestações tenham sido isoladas. Antes nos fosse dado dizer aos militares, na vibração dessas homenagens, que dessem força aos civis para que eles pudessem cumprir sua missão com o destemor das atitudes intransigentes do bem público. E eles respondessem que nós outros poderíamos realizar todo o nosso esforço construtivo e moralizador, que não nos faltaria o seu apoio material.

E de mãos dadas, povo e Exército, retomaríamos, sem desconfianças nem apreensões, o ritmo do trabalho pacífico e restaurador, dentro da lei, evitando as soluções armadas.

Seria essa a união sagrada, com que os povos cultos dirimem crises mais profundas.

* * *

Toda a alma brasileira confraterniza na mesma aspiração de paz. Paz amorável e creadora de uma civilização feliz e estável. Paz fecunda de irmanação dos destinos comuns.

Dêem-se as mãos, civis e militares, na comunhão dos afetos patrícios, com os corações fundidos num monumento de cordialidade nacional.

Mas ninguém quer a paz podre das passividades emolientes, das transigências indecentes, de vidas estagnadas.

Seria mais belo o ritmo metálico das lu-

tas generosas, as visões de sangue com que se inscrevem as eternas legendas dos sacrifícios supremos.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA.

Um Tópico

U M T Ó P I C O

O seguinte tópico d'A Pátria" é um retrato interessante do Gal. Góes:

Nas conferências políticas do atual momento, e que são numerosas, o general Góes Monteiro vai sendo figura obrigatória. Ele esteve naquela em que o senhor Osvaldo Aranha declarou ter assinado o seu atestado de óbito. Ele continuou a visitar e a conferenciar com todos os paredros do atual momento. Mas, quando se procura saber que foi que êle pretendeu ou que foi que êle impôs, verifica-se que seu papel em toda essa embrulhada é a de um simples observador. O ilustre militar está em tudo isso como os Estados Unidos nas reuniões da Liga das Nações. Comparece para observar. E todos fazem questão de sua presença.

Qualquer coisa lhe dá uma grande autoridade nessa observação: — é a confiança que nêle deposita o Exército Nacional.

Parece que sua função vale por uma advertência de que o Exército está atento aos movimentos da política. Não intervém. Não perturba, nem força solução alguma. Mas ali está presente, catalítico, facilitando tudo quanto seja solução de bom senso e contendo, pela simples presença, as soluções extremistas, capazes de lançarem o país em novas e mais graves perturbações.

Do Exército francês, que nunca a política conseguiu envolver, dizem os franceses que "é o grande mudo!". O Sr. general Góes está conseguindo dar ao nosso Exército, no momento atual, o mesmo papel — mudo, mas interessado e presente.

É um grande bem que assim seja. A política da Revolução chegou a um tal estado de excitação e de mútuas pendengas, que é bem preciso que em suas deliberações esteja sempre presente êsse grande mudo eficiente, cuja presença bastará como eloqüência na defesa dos interesses permanentes do Brasil, que não podem ficar expostos às rusgas e quizílias de politicagem de aldeia...

A Revolução de 30

A história da revolução em sua importante fase preparatória ainda está por contar. Há muito ainda que dizer sobre inteligencias como a de Osvaldo Aranha e de ações como a de João Alberto...

O meu único intuito é o de trabalhar pela grandeza moral, espiritual e economica do país e da minha classe.

Os que pretendem o poder, em geral, não o fazem pelo desejo de servir ao país, mas pelo de desfrutar as comodidades do cargo.

ORGANIZAÇÃO DO PLANO MILITAR DA REVOLUÇÃO

Desde Novembro de 1929, alguns oficiais daqui e outros do Rio Grande do Sul, que estavam fazendo o Curso de Aperfeiçoamento, procuraram-me com o fim de saber minha opinião sobre a campanha da sucessão presidencial, a qual se abrira muito quente, rude e agressiva, fazendo prever graves acontecimentos. Eles não escondiam as apreensões de que a mesma campanha saísse do terreno eleitoral e, como todos eram originários do R. G. do Sul, sentiam-se empenhados em saber qual a atitude que poderia assumir a maioria das Forças Armadas diante da perspectiva de uma luta pelas armas. Um deles, major Pinto Soares, já estava em inteli-

gência com elementos políticos do Rio Grande, mais predispostos a procurarem uma solução revolucionária, e propôs entrar em entendimento com o Dr. Bernardes, em Minas, afim de encarar esta eventualidade. De outro lado, o governo, particularmente as autoridades do M. G. e da Polícia, começaram os preparativos, tomando medidas de precaução e vigilância. Eu mesmo fui encarregado pelo general N. Passos de fazer um reconhecimento nos Estados do Paraná e Santa Catarina, na previsão de um ataque que fosse possível desfechar contra o Rio Grande, afim de isolá-lo por terra e por mar, com forças que seriam concentradas em Santa Catarina e Paraná e o emprego de poderosa aviação, além do bloqueio do porto riograndense.

Pouco depois, fui designado para comandar um Regimento na fronteira missionária no N. O. do Rio G. do Sul, como indesejável, entre outros motivos, talvez, por ter apurado em inquérito policial-militar, de que fui encarregado, a responsabilidade de um oficial da E. A. O. na cabala e propaganda eleitoral em favor da

candidatura Júlio Prestes, contrariando desse modo a doutrina fingidamente adotada pelo ministro da não intervenção de militares nas questões políticas.

Fui servir debaixo das ordens de um general que estava empenhado numa luta de vida e morte com um dos meus irmãos, auditor em São Gabriel, sendo o comandante da D. C. a que pertencia o meu regimento um meu desafeto pessoal.

De passagem por Pelotas, em viagem para reunir-me ao meu corpo, tive uma longa entrevista com os meus irmãos, que lá serviam, os quais me puseram ao corrente da verdadeira situação no Sul, dando como inevitável o movimento armado, em vista da atitude do governo federal no caso da sucessão. Essa atitude foi o maior passo até hoje dado contra a união dos brasileiros, e era necessário que se reconhecesse isso e se tomassem disposições para evitar o perigo do atentado que se premeditava contra a vida da Nação. Já a esse tempo, os políticos riograndenses, que estavam em entendimento com os oficiais revolucionários de 22, 24 e 26, se desiludiram como estes da possibili-

dade de Luiz Carlos Prestes vir a colaborar com os brasileiros, pois suspeitava-se que ele, ainda que disfarçadamente, tivesse adotado as idéias e os processos políticos da União Soviética, da qual é cidadão, estando em entendimento com agentes moscovitas.

De fato, tais foram as exigências apresentadas por aquele comunista, que os seus mais diletos companheiros se viram na necessidade de se afastar do seu convívio, tendo, porém, alguns, como Siqueira Campos e João Alberto, continuado o trabalho para que ele não fizesse as demonstrações que fez, posteriormente, denunciando a sua mudança de caráter e a perda do sentimento da Pátria. Conseguiu mesdo iludir os oficiais revolucionários, afim de se apoderar de importante quantia, que lhe foi remetida, para compra de armamento, cerca de mil contos. Em fevereiro, em Porto Alegre, avistei-me com o dr. Getúlio Vargas, dr. Oswaldo Aranha, João Alberto e outros próceres da revolução. Com o dr. Oswaldo Aranha troquei várias impressões sobre a situação e sobre o desfecho provável da luta. Pouco

depois, recolhi-me ao Regimento, em São Luiz, na Zona Missionária, no Far-West sul-riograndense.

Concluindo o processo eleitoral, flagrantemente fraudado em todos os Estados ditos governamentais, a efervescência cresceu no Rio de Janeiro e culminou com os atentados e a opressão à vontade do povo, feitos pelo Congresso Nacional, por ocasião do reconhecimento dos poderes. Em maio, Luiz Carlos Prestes desligou-se definitivamente de seus antigos companheiros, ficando apenas com uma pequena minoria de adeptos dentre os antigos oficiais revolucionários, uns três se tanto.

A maioria desses oficiais revolucionários decidiu não escolher novo chefe para substituí-lo, no seu próprio seio, e um grupo resolveu convidar-me para assumir a direção das operações militares do movimento revolucionário, que ia ser preparado sob a chefia do então presidente do Rio Grande do Sul. Nessa época, um dos meus irmãos foi chamado a Porto Alegre, onde esteve clandestinamente, e me transmitiu o convite, tendo eu, pouco de-

pois, seguido também para lá em gozo de férias.

Aceitei, em princípio, sob as bases e exigências que constavam do plano de conspiração e do plano de conjunto das operações revolucionárias que se deviam desencadear, pondo-me então em ligação com oficiais revolucionários que estavam em Porto Alegre, e sobretudo com o dr. Oswaldo Aranha, que era a alma do movimento. Os preparativos estavam inacabados, mas procurava-se precipitar o movimento para o fim do mês de Junho, quando a política mineira anunciou que não se achava em condições de participar do movimento. Resultou daí o sacrifício do dr. Oswaldo Aranha, demitindo-se de secretário do Interior, tendo sido dadas instruções aos oficiais revolucionários para se dispersarem e aguardar outra oportunidade.

Como o desânimo se apoderou de muitos, foi decidido por um grupo que se estabelecessem as bases para uma organização revolucionária, secreta, tendo por objetivo alcançar os meios afim de mudar subitamente ou não a situação crítica a

que estava sendo submetido o povo brasileiro pelos seus dirigentes. Regressei a São Luiz e comecei a estudar as bases dessa organização, quando o governo federal provocou o Sarajevo de 26 de Julho, com o assassínio miserável do grande João Pessoa. Logo os preparativos retomaram o curso interrompido, agora com grande intensidade e vigor em todo o Rio Grande do Sul, dirigidos por Osvaldo Aranha, João Alberto e outras figuras da revolução, oficiais e civis. Pouco depois, o general Flores da Cunha e o dr. Osvaldo Aranha mandaram pôr-me ao corrente da marcha desses preparativos, convidando-me para vir a Porto Alegre quando fosse o momento oportuno.

PORQUE ACEITEI O CONVITE

Um único motivo, o mais elevado e, por isso, predominante sobre todos os mais que pudessem existir, levou-me a aceitar o convite: "A convicção de que a atitude que tomava era em bem da Pátria ameaçada de dissociação por uma política que só fazia malefícios ao povo, reconhecendo que pelos meios pacíficos era impossível mudar a mentalidade dos dirigentes, dos homens que se assenhorearam do poder e que dele usavam e abusavam para satisfazer os baixos apetites pessoais e interesses faciosos, não produzindo nenhum bem para a coletividade".

As questões mais importantes para a vida da Nação ficavam insolúveis, como a questão social, questão econômico-finan-

ceira e outros problemas nacionais. O Exército, desaparelhado materialmente, estava sendo empregado como instrumento de compressão política contra o povo, sendo assim desvirtuado de suas funções naturais. Tudo isso, e mais a revolta geral que se via latente em todos os meios, induziram-me a aceitar e desempenhar o papel para que fôra solicitado.

ORIENTAÇÃO IMPRESSA AOS TRABALHOS PRELIMINARES

Foi o dr. Oswaldo Aranha o coordenador principal de todos os esforços fora e dentro do Rio Grande do Sul. É inútil reproduzir a atividade desenvolvida por esse homem extraordinário, de capacidade pouco comum. Ele orientava tudo, e por todos era orientado, desde a fase dos trabalhos preliminares até antes de estar decidido o movimento, como durante e depois deste. Os seus colaboradores foram numerosos em toda a parte, e a cada um deles eram distribuídos encargos de acordo com a maior ou menor aptidão de cada um. A conspiração, com todas as suas dificuldades, decepções e grandezas, se estendeu por todo o Rio

Grande, nos Estados associados, havendo nos demais Estados núcleos importantes de conspiradores, principalmente no Paraná e Pernambuco. Sendo a guarnição federal do Rio Grande a mais importante no país e fortemente trabalhada pelas autoridades e agentes do governo para se lhes manter fiel, a conspiração nos corpos da tropa federal foi feita cuidadosamente, de uma parte, entre os oficiais, doutra parte, entre os sargentos, além de formação de células entre as praças, ao mesmo tempo que em cada localidade, no meio da população civil, formada de grande número de reservistas e de civis de aptidão para as lutas cruentas, preparava-se a formação de unidades irregulares para o momento da mobilização, sob a direção dos chefes mais influentes dos municípios e de oficiais revolucionários que como agentes e comissários da revolução transitavam frequentemente por todo o Estado. A propaganda revolucionária tornou-se assim intensa, acompanhada paralelamente pela preparação dos meios materiais necessários para as operações militares, adquiridos parcialmente no es-

trangeiro, o restante já existindo na própria região militar do Sul.

O serviço de informações e controle funcionava com a maior eficiência, ao mesmo tempo que eram empregadas todas as formas para despistar os agentes e autoridades perrepistas. Até as senhoras da mais alta sociedade eram cooperadoras desse serviço, especialmente na decifração dos despachos interceptados.

Eram classificados os oficiais em *certos, duvidosos e contrários.*

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS PRELIMINARES

Nos mêses de Julho, Agosto e Setembro, os esforços do dr. Oswaldo Aranha atingiram o auge, no sentido de levantar em massa o Rio Grande do Sul, vencendo as últimas resistências dos que se opunham à solução pelas armas, neutralizando o *derrotismo* e as ações dos elementos contrários, ao mesmo tempo que fazia cessar as nervosidades de muitos, a falta de precauções e a impaciência de outros afim de evitar o perigo de uma precipitação. A experiência de 22, 24 e 26 estava flagrante e era preciso evitar que se reproduzisse coisa semelhante para não ocorrer um mal maior. Conseguiu-se levar os preparativos com êxito e deixar o

governo federal na ignorância do que iria se passar.

Em correspondência que com ele mantive assiduamente, por intermédio de meu irmão e cunhado, pu-lo ao corrente das minhas idéias e dos pontos de vista que eu advogava relativamente aos meios e à maneira como se devia deflagrar o movimento e lançá-lo de surpresa num ataque brusco e maciço contra as forças inimigas onde elas se apresentassem.

O dr. Osvaldo Aranha avisou-me então que esses meios seriam postos *au pied d'ouvre* no momento oportuno. Se assim acontecesse, como aconteceu, estaria assegurada a surpresa, fator decisivo da vitória.

O movimento devia ser caracterizado pela simultaneidade e instantaneidade da ação em toda a parte.

João Alberto, que desenvolveu uma atividade invulgar, dando provas de capacidade e inteligência confirmadoras das que deu na antiga coluna Prestes, foi a São Luiz combinar comigo o plano do conjunto.

Durante uma noite inteira esse plano

foi estabelecido, numa longa conversação, e eu fiquei de materializá-lo por escrito numa carta que foi remetida a Osvaldo Aranha, na qual se continham as diretrizes principais que foram adotadas e serviram de base às operações iniciais. (Essa carta deve achar-se em poder do dr. Borges de Medeiros com uma de Osvaldo Aranha, contendo as minúcias da conjuração, os elementos postos em jogo e todos os detalhes do plano geral). Consistia de um modo geral, para todas as regiões onde a revolução contasse com meios importantes a reunir: *Norte e Noroeste* (em particular Paraíba e Pernam-buco e depois Piauí, que passou à última hora para a direção de um governante da Aliança Liberal): — ofensiva, tendo por objetivo imediato desmantelar os órgãos de direção do inimigo, neutralização sob qualquer forma dos seus meios de ação, posse das capitais e dos pontos vitais do interior e irradiação da insurreição tão longe quanto possível pelos outros Estados. O movimento ulterior para o N. e para o S. Francisco, dependendo da situação superveniente à primeira fase.

Contava-se com as situações dominantes do Piauí, principalmente Paraíba, e fortes elementos em Pernambuco.

A conduta superior das operações militares estava a cargo de Juarez Távora, que avisou dos dias mais favoráveis para a irrupção do movimento, tendo ele sido fixado no plano de conjunto para a última semana de Setembro ou primeira de Outubro.

Centro — Minas Gerais — Ofensiva, depois defensiva para tomar a Serra do Mar, particularmente a redução e neutralização das guarnições federais. Minas deveria resistir pelo menos quinze dias a uma ofensiva das principais forças inimigas do Rio e São Paulo, o que era de esperar para pô-la fora de causa, em consequência de uma manobra provável em linha interior — na mais perigosa posição. Direção do movimento a cargo do governo de Minas, auxiliado por cerca de 40 oficiais do Exército como técnicos, para enquadrar a tropa e sujeitos à direção de um E. M.

Sabe-se que Minas poderia ser atacada por todas as fronteiras, rodeada de ini-

migos. Assumiria resolutamente a ofensiva, batendo às portas do Rio de Janeiro por São Paulo, Estado do Rio e Espírito Santo, antes do grosso do Sul.

São Paulo e Rio — Na impossibilidade de ser efetuado um levante nestes centros, que representavam a maior força governamental — previstas apenas diversões e perturbações de ordem com o objetivo de impedir que o governo retirasse forças importantes contra Minas, que deveria se cobrir em muitas direções, principalmente nas fronteiras do Estado do Rio e São Paulo.

Mato Grosso — Diversões no Sul do Estado para impedir o deslocamento das forças da circumscrição contra Minas ou para reforçar São Paulo.

Sul — Ofensiva, tão fulminante quanto possível, sobretudo se fosse conjugada com o Paraná, como foi, tendo por fim, na 1ª fase, desmantelar os órgãos de direção do inimigo e dar liberdade de ação aos nossos, neutralizar os seus meios de ação no Rio Grande do Sul (eventualmente no Paraná), invasão de Santa Catarina por muitas vanguardas para dominar o Es-

tado e permitir a concentração do grosso das forças ao N. do Rio Iguaçu. Esforço principal sobre o eixo da via-férrea. A 1ª fase dependia da ofensiva ao N. da linha do Iguaçu; se o Paraná fizesse a cobertura da concentração, como fez, puxá-la ao N. da linha Ponta Grossa-Curitiba, tanto quanto possível e procurar a ação geral onde o inimigo se apresentassse.

Depois de muitas dificuldades apresentadas ao general Gil, já muito suspeitoso, consegui transportar-me a Porto Alegre no fim da primeira quinzena de Setembro. Imediatamente foi instalado na casa de uma irmã do dr. Osvaldo Aranha o E. M. clandestino da revolução, sob a minha chefia, constituído de muitos oficiais e civis.

Aí trabalhavam Osvaldo Aranha, João Alberto, A. Echegoyen, Cascardo, Paulino Andrade, Hall, Estillac, Virgílio Mello Franco e outros que tinham, além das funções próprias da organização do E. M., outras muitas de preparativos para completar os trabalhos de conspiração na guarnição de P. Alegre, que fôra forte-

mente reforçada e na confecção de numerosos engenhos que foram empregados nas operações militares.

Era secretário do E. M. o dr. V. M. Franco, que redigiu não só o plano de organização e funcionamento do E. M. como os planos de detalhe para a redução do Rio Grande do Sul, inclusive as instruções para a execução dos mesmos planos, as quais foram expedidas no momento preciso aos interessados.

O pretexto para minha ida a P. Alegre foi a enfermidade em pessoa de minha família e o general Gil não parecia duvidar fosse eu contrário ao seu programa de apoio incondicional ao governo, o qual transparecia nos seus boletins secretos, que só versavam sobre matéria política. Em todo o caso eu me dispus e fiz ciente ao dr. Osvaldo Aranha que se não pudesse com a antecedência desejada ir a P. Alegre, enviaria as instruções por emissários até que nas vésperas do movimento pudesse me transportar inesperadamente a P. Alegre afim de assumir o meu posto.

O plano de detalhe para a redução do

R. Grande do Sul consistia em resumo:

a) Golpes de mão a realizar-se dentro do prazo máximo de 24 horas contra Porto Alegre, Cachoeira, Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, Santana, São Gabriel, Pelotas e Rio Grande, tendo por fim dar liberdade de ação ao governo do Estado, desembaraçar as comunicações para o N., permitir a mobilização e o investimento das outras guarnições federais que pretendessem oferecer resistência ou não aderissem.

b) — Investimento, combinadamente, "aproximado" e "afastado" dos centros de guarnições não submetidos a golpes de mão afim de impedir qualquer auxílio de uns aos outros e procurar obter a rendição ou adesão da tropa federal, atacando-a se fosse preciso, de modo a, no prazo máximo de 8 dias, ter o território riograndense limpo de inimigos.

c) Invasão por 4 a 5 vanguardas, desde o eixo da estrada de ferro até o litoral do território de Santa Catarina, afim de procurar ligação com os elementos revolucionários de lá e dar a mão ao Paraná permitindo ulteriormente transporte, avanço

e concentração do grosso das forças rio-grandeses ao N. do rio Iguaçu, onde estava prevista uma ação geral a se empenhar no prazo de 30 a 40 dias no máximo, com um efetivo de 35 a 40 mil homens.

Estas vagas foram mobilizadas e reunidas secretamente em virtude de instruções prévias dadas por Osvaldo Aranha e João Alberto.

O movimento foi marcado para 3 de Outubro (dia D), às 17.30 (hora H), para todo o Brasil.

Um equívoco quanto a interpretação de um cifrado de Juarez produziu o desencontro de ter havido a décalage da hora H para o norte (o movimento irrompeu em Pernambuco, Piauí e Paraíba, a 1 hora do dia 4). No R. Grande do Sul, a operação mais perigosa, mais difícil, era o golpe de mão a P. Alegre, sede do Q. G. da Região e dos principais órgãos dos serviços e depósito de material bélico, e onde existiam forças importantes aí concentradas por ordem do general comandante da região.

Depois de P. Alegre o ponto mais im-

portante era o nó ferroviário de Santa Maria.

Para o ataque a P. Alegre foram constituídos 4 agrupamentos de forças, principalmente da Brigada Militar, auxiliada por outros elementos:

I) Agrupamento "Q. G. — dividido em vários sub-agrupamentos, sob a direção de Osvaldo Aranha, com a missão de apoderar-se do Q. G. da Região, Arsenal, Intendência, Telégrafos, Correios, Capitania do Porto, Delegacia Fiscal e outras repartições federais.

II) Agrupamento R. (zona do Campo da Redenção), com a missão de apoderar-se da carta geral, Colégio Militar, 7º B. C. e Cia. de Estabelecimentos, sob o comando do tenente-coronel Canabarro, tendo como oficial de ligação do G. Q. G. responsável pela direção das operações o capitão Alcides Echegoyen, auxiliado pelo capitão Buys, E. Dutra e outros oficiais. Contava-se com adesão da tropa da Carta Geral e parte do 7º B. C., cuja resistência foi inesperada.

III) Agrupamento M. D. (Menino Deus) — Responsável pela direção como

representante do G. Q. G. o tenente João Alberto, auxiliado pelo capitão Hall e outros oficiais. A zona do Menino Deus estava entrincheirada e ocupada por forças da Carta Geral, IV-3º R. G. D., Secção Nt., do C. P. O. R., 8º e 9º B. C.

Depois de uma pequena resistência, a tropa aderiu totalmente, a principiar pelo 8º B. C.

IV) Agrupamento de reserva — Colocado inicialmente na zona do cemitério, para ser empregado em proveito dos agrupamentos M. D. ou R. conforme as circunstâncias. Responsável pela direção capitão Estillac Leal, oficial de ligação do G. Q. G.

V) Reserva especial: Escolta presidencial do R. Grande do Sul.

Esta tomou disposições em redor do Palácio do Governo, afim de guardar os órgãos do comando superior da Revolução, instalados ali na tarde de 3, às 16.30, funcionando o G. Q. G. sob minha direção e com os restantes dos oficiais do E. M. e outros, inclusive civis como agentes de transmissão e de ligação.

O plano de ligações e transmissões foi

estabelecido pelo capitão Hall e aprovado por mim.

Qualquer que fosse a resistência prevista para a redução de cada um dos núcleos inimigos a cargo dos agrupamentos, as ações de fogo contra eles seriam progressivamente aumentadas, martelando-se até a destruição total, contando-se para esse fim com engenhos próprios (lança chamas, lança-minas, além das armas automáticas e artilharia que ficaram em nosso poder com a queda de Menino Deus).

PORQUE O SR. OSVALDO ARANHA ABANDONOU A SECRETARIA DO INTERIOR

O dr. Osvaldo Aranha deixou, no mês de Junho, a Secretaria do Interior, porque sentiu que era impossível desencadear a revolução que ele estava preparando. Ele era o alvo de toda a odiosidade do Governo Federal e conhecia a necessidade de desafogar o governo do Rio Grande do Sul, ficando com liberdade de agir para o fim de continuar com vigor fora do Governo os preparativos para a revolução inevitável. Aliás, o presidente Getulio não lhe deu substituto e ele pôde continuar a influir nos negócios internos do Estado, como convinha à situação. O Governo Federal, apesar das precauções, já estava

suspeitoso e até mesmo senhor de denúncias muito exatas, inclusive pela revelação de documentos que se dizia trazidos por Siqueira Campos, quando houve o desastre em que este pereceu.

O QUE DE REAL OCORREU, NOS PREPARATIVOS, COM O CORONEL EUCLIDES FIGUEIREDO

O coronel Euclides Figueiredo foi um dos oficiais superiores em evidência no Exército para os quais se voltaram as vistas dos revolucionários, afim de desempenhar um papel saliente no momento. O coronel Figueiredo se mostrou, a princípio, inacessível a qualquer entendimento com seus amigos e emissários que o foram abordar em Alegrete. Depois, o dr. Borges de Medeiros a ele se dirigiu diretamente, concitando-o a se difinir em favor da revolução em projeto. O coronel Figueiredo ainda resistiu, mas ante uma nova investida do dr. Borges, ele se propôs a tomar partido ao lado do Rio Grande, desde que lhe fosse concedido desprender-se de compromissos a que se jul-

gava obrigado com o general Gil, a quem desejava revelar o verdadeiro estado de ânimo da coletividade sul-riograndense.

Indo a Porto Alegre para tratar desse assunto com o dr. Getulio, desentendeu-se com o representante deste em face do veto oposto à sua resolução de inteirar o general Gil de alguma coisa que pudesse comprometer o movimento. O coronel Figueiredo voltou então a Alegrete e comunicou que, em vista do veto, só lhe cumpria assumir uma atitude de retraimento se rebentasse o movimento generalizado. Outras tentativas feitas junto a ele, inclusive por mim, não conseguiram demovê-lo de tal atitude.

Já o movimento marcado, ele me convidou para uma conferência em Cacequi, mas não havia mais tempo, seria arriscar e comprometer o movimento e eu em resposta lhe disse que só poderia me encontrar com ele dois dias mais tarde, pois o encontro não era mais possível. Ele partira então para Sant'Ana do Livramento, desejando avistar-se comigo no regresso. O movimento explodiu, porém, antes e ele foi preso naquela cidade da fronteira.

COMO SE DEU O INÍCIO DO MOVIMENTO E AS MEDIDAS POSTAS EM PRÁTICA PARA A SUA MANIFESTAÇÃO SIMULTÂNEA EM TODO O RIO GRANDE E NO RESTO DO PAÍS

Já foi narrada, linhas abaixo, a maneira como se iniciou simultaneamente nos Estados associados, salvo para o N. E., devido a um erro de interpretação de um cifrado de Juarez. Para Minas o presidente G. Vargas comunicou diretamente ao presidente O. Maciel o movimento da partida geral, quatro dias antes. Para o Rio e para o N. E. o dr. O. Aranha comunicou o dia e a hora ao dr. Pedro Ernesto e a Juarez. Para o Paraná foi comunicado dois dias antes ao tenente V. de Castro, ofi-

cial de ligação. Para todo o Rio Grande do Sul as autoridades encarregadas de efetuar a mobilização secreta e realizar as operações preliminares, bem como as forças encarregadas de realizar os golpes de mão e investimentos com dois dias de antecedência. Para os demais, na véspera ou no próprio dia.

PLANO GERAL DAS OPERAÇÕES, TENDO EM CONTA O NORTE, O CENTRO E O SUL. MISSÕES GERAIS PREVISTAS PARA CADA UMA DESTAS ZONAS

Já foi dito, linhas atrás, como foi estabelecido o plano de conjunto para o país inteiro e o plano de detalhe para a redução do Rio Grande do Sul com as instruções iniciais expedidas a todos os elementos que deviam participar das operações desde o dia D, dando as missões gerais para os elementos que deviam agir nas diferentes zonas. Os comandos dos setores do N. E. e de Minas tinham ampla iniciativa para a execução.

PRESTEZA DA MOBILIZAÇÃO NO RIO GRANDE — EFETIVO MOBILIZADO PARA O CASO DE TRÊS MESES DE LUTA

A causa principal foi moral: toda a população sul-rio-grandense estava vibrando e em tal estado de tensão que o difícil não foi arrolar homens e grupá-los em unidades; o difícil foi encontrar meios para mobilizar a grande quantidade dos que se apresentavam imediatamente para a luta. Em vista mesmo da situação geográfica e da tradição brasileira, é o povo gaúcho o mais belicoso do Brasil. Seu caráter é fundamentalmente nacionalista, apesar das exteriorizações regionalistas. Além disso, no Rio Grande do Sul estacionam desde muitos anos numerosas unidades

do Exército, que fornecem anualmente contingentes de reservistas, inclusive pelas sociedades de tiro e Brigada Militar. Na verdade, pode-se dizer que cada cidadão gaúcho é um militar.

A mobilização geral foi decretada no dia 4 e suspensa em seguida, tal a afluência de homens que não podiam ser incorporados nem armados por falta de meios.

Nas tropas regulares foi previsto o efetivo de 500 homens por batalhão de infantaria, 400 para os regimentos de cavalaria e 150 para as companhias de artilharia.

Esses efetivos, apesar da proibição, foram excedidos. Os R. I. organizaram os terceiros batalhões, que não existiam. Todos os elementos ativos receberam ordem de embarque para o "front", exceto o batalhão ferroviário, que apenas forneceu alguns elementos para a concentração, e o 2º R. C. I, que meio desmembrado no início não pôde chegar a tempo na zona de operações.

Das tropas ativas ficavam em cada lo-

calidade de guarnição elementos de depósito ou unidades de reserva.

A brigada militar duplicou os efetivos das unidades ativas e desdobrou-se em unidades de reserva equivalentes às da ativa. As formações irregulares foram constituídas em corpos de cerca de 350 homens, indistintamente de cavalaria e infantaria. Era intenção do G. Q. G. reunir esses corpos 3 a 3, em legiões de 1.000 homens, mas não foi possível devido à pressa com que se efetuavam os transportes de concentração. Havia municípios que forneciam muitos corpos de uma vez, seja de libertadores, seja de republicanos.

Além das tropas destinadas à concentração inicial, deviam ficar como tropa de segurança — no território riograndense 10 brigadas, cada uma composta de três corpos.

Em Santa Catarina e sobretudo no Paraná, além da mobilização das forças regulares, organizaram-se forças irregulares e só devido à falta de armamento os efetivos e o número de corpos não foram mais acrescidos.

Na pior hipótese, o Rio Grande do Sul empenhar-se-ia isoladamente; acreditava-se poder concentrar dentro de 40 dias importantes forças (30 a 40 mil homens), para uma ação geral ao N. do rio Iguaçu.

Se a sorte fosse desfavorável, o retraimento para o Sul do rio Uruguai poderia ser feito desde o litoral de Santa Catarina até a zona das Missões brasileiras, pé a pé, e depois à própria linha do Uruguai e do rio Pelotas. Seriam barreiras difíceis de transpor em presença de forças decididas.

Não havendo luta interna, nem desagregação, não seria em três meses, nem em um ano que o governo federal, impopular e sem recursos sérios, poderia acumular meios para uma tentativa dessa natureza. Ao contrário, o Rio Grande é um celeiro que se basta a si mesmo; os recursos, inclusive armamento, lhe poderiam entrar pelas fronteiras abertas do Uruguai e da Argentina à custa de esforço.

Havia encomenda de armamento e munições na Europa, e em Porto Alegre se fabricava munição e petrechos de emer-

gência (inclusive preparação de gases e máscaras).

A mobilização na 1ª quinzena ultrapassou de 100 mil homens e mantido o fogo sagrado ela poderia atingir mais tarde, em reservas disponíveis, um outro tanto.

EFETIVOS GERAIS, SEU ESTADO, SUA EFICIÊNCIA, CONCENTRAÇÕES, MARCHAS, ETC., ETC.

Minas Gerais, que poderia ser acuada por todos os quadrantes, e esmagada se as forças governamentais realizassem uma manobra em linhas interiores, teve que dispersar seus efetivos em todas as direções agindo principalmente no eixo da via férrea. Belo Horizonte — Juiz de Fora, no Sul e no N. E. do Estado reduzido às resistências locais isoladamente. Os efetivos mobilizáveis não puderam ser arrolados, pois o armamento e munição eram escassos para operações prolongadas. A tropa mineira mostrou-se brava, com espírito ofensivo, e não esperou a aproximação do grosso do Sul para avançar resoluta-

mente em direção ao Rio de Janeiro, pelo Sul e O. Não me lembro de dados precisos, mas calculo que tenham sido mobilizados mais de 20 mil homens.

No N. e no N. E. os efetivos revolucionários ficaram dispersos nos diferentes Estados à medida que a revolução os assaltava, havendo a massa de choque de perto de 15 mil homens, que se dirigiu para o Sul e penetrou na Baía (um outro escalão para o setentrião, por vários pontos e outro transpôs o S. Francisco). O efetivo total em todo N. e N. E. com as adesões posteriores deve ter excedido de 20 mil homens.

O Paraná e Santa Catarina também forneceram um contingente numeroso, principalmente aquele, calculado em 15 mil homens.

Não se pode dizer quanto ao grau de eficiência de toda a massa mobilizada que fosse satisfatória. Ao contrário, no ponto de vista da preparação militar muito deixavam a desejar essas unidades improvisadas e mesmo os elementos que reforçavam as tropas ativas.

À medida que as unidades eram mobi-

lizadas, embarcavam para o N. da região da Ponta Grossa, o grosso por via férrea. Um escalão do G. Q. G., sob a direção de João Alberto, se encarregava de indicar os pontos de desembarque e de destino. Outros elementos marchavam por terra através de Santa Catarina com destino a Rio Negro e Curitiba e outros pelo litoral para limpá-lo e investir Florianópolis. A guarda da via férrea e do Oeste catarinense cabia a elementos irregulares escalonados em vários pontos.

As principais forças do Paraná, reforçadas por elementos sul-riograndenses, concentraram-se entre Jaguariaiva e Sengés e regiões vizinhas. Era o grupo principal.

No ramal de Paranapanema operava um forte destacamento em direção a Ourinhos. Seria coberto, mais ao norte, pela divisão ligeira do general João Francisco, desembarcada em Castro e lançada para o norte.

Um outro agrupamento concentrou-se na região de Capela da Ribeira com um destacamento mais ao norte sobre a serra de Paranacicaba.

Os outros elementos se escalonavam sobre a linha P. Grossa, e ao norte e sobre Curitiba — Rio Negro, além das que vinham pelo litoral.

O transporte da massa principal foi feito pela via férrea São Paulo-Rio Grande e pelos ramais de Rio Negro-Rio Branco-Curitiba e de Paranapanema. Vários elementos, porém, marchavam por terra, através do interior de Santa Catarina e ao longo da via férrea São Paulo-Rio Grande e ao longo do litoral.

Efetuados os desembarques, as unidades eram encaminhadas por terra para os seus pontos de destino, empregando-se em muitos casos grande número de caminhões para acelerar a reunião delas.

SUCESSOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

No dia D e hora H, os elementos mais avançados da vanguarda principal do Exército do Sul, reunida secretamente e escalonada entre Marcelino Ramos e Passo Fundo, transpuseram o rio Uruguai no eixo da via férrea, apoderaram-se de Herval e continuaram a apossar-se de toda a via férrea até S. João, onde a 5 se puseram em ligação com o 5º B. E., recentemente sublevado em Palmas, e mais tarde, em Porto União, onde a 4 se revoltava o 13º B.C. A vanguarda prosseguiu em seguida, deslocando-se sempre sobre a via férrea até Ponta Grossa, onde se sublevara o 13º R. I. A fração principal do 5º R. C. D., que montava guarnição em Cas-

tro, falsamente conduzida, tomou um trem para o norte e foi-se reunir às forças governamentais, antes que o entroncamento de Jaguariaiva caísse em poder dos revolucionários, como pouco depois aconteceu, sendo Jaguariaiva ocupada por elementos irregulares do Paraná. No mesmo dia 3 e hora H, outros elementos irregulares do Paraná, próximos a Curitiba, na zona do Contestado e outros pontos, começavam a revolução interceptando trechos da via férrea e ocupando algumas posições escolhidas. A 5, a guarnição toda de Curitiba, sob a direção do major Plinio Tourinho, sublevou-se, ocupando Paranaguá pouco depois. Imediatamente, a revolução estendeu-se a todo o Estado, organizando-se forças irregulares em diferentes pontos, em virtude da mobilização ordenada. O grosso das forças permaneceu em ligação com a vanguarda principal do sul, que foi dirigida para o norte, sobre Jaguariaiva, que poucos dias depois era ameaçada por elementos contrários. Uma vanguarda dirigiu-se para Joinvile e S. Francisco e alcançou as forças do general Nepomuceno, ali co-

locadas, tendo depois de combater, aderido a maior parte delas, inclusive os Fuzileiros Navais, que se incorporaram às forças do Paraná.

A adesão integral do Paraná importou no fato decisivo da cobertura da concentração das forças principais localizadas ao longo da fronteira paulista pelas próprias tropas do Paraná, reforçadas ininterruptamente pelas forças transportadas do R. G. do Sul. Em consequência, modificação do plano de concentração inicial, para a segunda fase das operações, adotando-se a variante mais vantajosa, isto é, os desembarques para concentração do grosso, puxado para o norte da linha Curitiba-Ponta Grossa, com pontos extremos em Jaguariaiva e Rio Branco.

Tornou-se assim decisivo o papel do Paraná no sentido de apressar a ação geral prevista primeiramente para destruir as forças materiais do inimigo, ao norte da linha do Iguaçu.

Doutro lado, no mesmo dia D e hora H, outra vanguarda riograndense, reunida na região de Palmeira e mais ao norte, foi encarregada de varrer o oeste catarinense e

a zona do Contestado, em cooperação com elementos catarinenses irregulares, já ali reunidos com grande antecedência para o mesmo fim e para assaltar e guardar a via férrea em território que ela atravessa o Contestado.

Esses elementos, como também a vanguarda principal, destroçaram as forças da Polícia catarinense, destacadas no Herval, Chapecó, Xanxerê e outros pontos. Ao mesmo tempo, outras vanguardas rio-grandenses, reunidas em Vacaria e Bom Jesus, chegavam próximo ao litoral, penetravam no território catarinense pelo sul e em pouco tempo dominavam todo o Estado, juntamente com elementos irregulares que se organizaram no próprio território catarinense.

No começo da segunda quinzena de Outubro, o território de Santa Catarina estava limpo de inimigos, exceto Florianópolis, que foi investida por forte destacamento.

Parte do 14º B. C. (o restante aderiu em Joinvile), única tropa regular que ainda não se tinha sublevado, tendo seguido por mar, de Florianópolis para Itajaí, re-

voltou-se pouco depois, reunindo-se às forças revolucionárias.

Além das tropas deixadas de guarnição no interior e no litoral, e as que investiam Florianópolis, os demais elementos dispersos formando em grupo de destacamentos, desembarcaram em Rio Negro e ao longo da via férrea S. Francisco, iam ser transportados para o norte, quando cessaram as hostilidades.

OPERAÇÕES PREVISTAS PARA S. PAULO

Uma vez acabada a concentração e rechaçado o inimigo para além da linha do rio Itararé pelas vanguardas revolucionárias (em vários combates, Catiguá, Sengés, Morungava, Capela da Ribeira, etc.), era intenção do comando supremo dirigir o grosso das forças sobre a cidade de São Paulo pelo caminho mais direto, no eixo da via férrea Sorocabana, ao mesmo tempo que um outro grosso penetrando na região de Ourinhos em direção geral a Bauru, procuraria destruir as forças inimigas onde elas se apresentassem, cobrir a ação do grosso principal e procurar abrir caminho para Minas. Essas operações foram cobertas no O. de S. Paulo por uma divi-

são de ligação de cavalaria destinada a limpar a zona, impedir qualquer tentativa das forças inimigas que estavam do lado de Mato Grosso e se fosse preciso lançar elementos naquele Estado.

Ao N. de Curitiba, um forte agrupamento reunido em face de Capela da Ribeira e proximidades deveria agir em combinação com o agrupamento principal, em ação conjunta sobre São Paulo. Mais ao S. um pequeno destacamento cobriria as operações desse grosso ameaçando o litoral paulista até Santos.

Entre os diferentes agrupamentos várias brigadas e destacamentos de cavalaria penetrariam em S. Paulo para estabelecer e manter a ligação entre eles e tomar parte na exploração do sucesso.

As forças em reserva, a maior parte em curso de transporte sobre a via férrea Ponta Grossa-Juperei e de Curitiba para Rio Branco, eram destinadas particularmente a ser empregadas em proveito da ação, no eixo da Sorocabana, estando o centro de gravidade dessas forças na região entre Jaguariai e mais ao Norte.

A ação geral sobre a linha de Itararé

prevista para 23, foi em consequência das chuvas, que atrasaram os transportes e reuniões, transferida para 25.

A totalidade das forças não poderia ser empregada na ação, salvo se esta durasse muitos dias, o que não era possível pelas informações conhecidas sobre o inimigo.

Os meios disponíveis na frente eram mais que suficientes para resolver a situação.

Uma vez decidida esta, sobre a linha de Itararé não era provável que houvesse mais alguma resistência séria no S. do Estado de São Paulo. Então a marcha sobre a capital e sobre os nós ferroviários devia ser empreendida com a maior velocidade e depois da posse de S. Paulo se encararia então a marcha ulterior sobre o Rio (se este não capitulasse antes), dando a mão às tropas mineiras que já haviam atingido as proximidades de Cruzeiro.

OPERAÇÕES EM S. PAULO

Deve-se sempre temer o imprevisto e sobretudo o que fôr contrário aos nossos planos e intenções; mas tudo indicava que desde que fossem postas fora de causa as forças governamentais reunidas atrás do Itararé, cuja resistência seria fatalmente quebrada com maior ou menor esforço e em pouco tempo — nenhum outro obstáculo nos seria oposto no caminho de São Paulo, salvo esse mesmo imprevisto, as condições do tempo, inclusive, e a vontade de Deus.

Nós estávamos senhores de todo o plano de defesa do inimigo, dos seus recursos, do estado dalma oscilante entre suas forças. Estes recursos materiais e esse estado moral eram bem frágeis, em face do

nosso estado moral exaltado, sobretudo pelo "feu sacré" e pelas disposições de todos de vender muito caro a própria vida e tudo mais. Quanto aos recursos mateteriais, os nossos excediam em tudo; tudo nos era facilitado e só havia uma preocupação, a do gasto de munições, mas as providências eficazes tomadas nos assegurariam o remuniciamento. As nossas retaguardas estavam garantidas e mesmo num caso de insucesso parcial, a onda que se levantaria de novo mais alto teria que rebentar, sem dúvida dentro de S. Paulo. A nossa posição excêntrica do início, atendendo à separação do N., o centro e o S., ia desaparecer rapidamente, mudando-se num esforço convergente sobre o coração do inimigo, que ia ser apertado por uma terrível tenaz. Assim tudo fazia crer e era essa a nossa intenção, que antes de 15 de Novembro, de uma maneira qualquer, houvéssemos provocado o acontecimento decisivo com a derrubada do governo que foi deposto a 24 de Outubro, batendo ou não às portas do Rio.

Aconteceu no ponto de vista operativo a hipótese mais favorável, pela subleva-

ção da guarnição da Capital Federal; do ponto de vista revolucionário, porém, a diretriz geral foi alterada em prejuízo da revolução brasileira, devido à calculada intromissão de aproveitadores sagazes para forçar a situação em proveito próprio.

A isso equivale o acero que pretendeu estabelecer para isolar a Capital Federal, a despeito da opinião geral contrária e da vontade da maioria da oficialidade sincera do grande incêndio que lavrava em todo país, dentro do qual esses elementos reacionários queriam passar como incombustíveis.

OS PRIMEIROS CONTATOS — OURINHOS, ITARARÉ, CAPELA DA RIBEIRA, CANANÉA, XIRIRICA, ETC.

Além dos golpes de mão locais, para reduzir e neutralizar as resistências nas diferentes guarnições dos três Estados Meridionais, alguns deles sangrentos, e das operações complementares no interior dos mesmos Estados para dissociação de forças contrárias — os primeiros contatos que se deram no norte do Paraná, ao norte da região de Jaguariaiva, na Capela da Ribeira — e sobre a serra do Paranápiacaba.

O combate de Catiguá foi o mais violento, além de outros encontros (Sengés, Capela da Ribeira, Cananéa, etc.).

Esses combates, sobretudo os de Catiguá e Morungava, que foram os primeiros encontros sérios com forças paulistas, muito abalaram o ânimo do inimigo, que estava intencionalmente enganado pelo governo e adversário que ia enfrentar e sobre os meios dele.

O resultado desses primeiros contactos de elementos avançados foi totalmente favorável aos revolucionários, tendo o inimigo abandonado a margem sul do rio Itararé, passando à defensiva e sem nenhuma iniciativa futura. A extensa frente sobre a qual poderiam se desenrolar os acontecimentos e a superioridade das forças revolucionárias permitiam ao comando destes toda liberdade para ferir o adversário em qualquer dos numerosos pontos vulneráveis que este apresentava.

As passagens sobre o rio eram numerosas e, apesar da época de enchentes e do terreno difícil, da lentidão das marchas a pé, pela cavalhada ainda insuficiente e fraca, estavam reconhecidos muitos pontos por onde vários destacamentos já tinham transposto o rio despercebidos do inimigo, conquanto este dispusesse de

aviação e a nossa por insuficiente ainda não ter podido operar no N., tendo sido danificados vários aviões. A superioridade, porém, nas demais armas, inclusive artilharia, e o coeficiente moral preponderavam.

As tropas governamentais, conquanto bem comandadas, estavam destinadas a inglorioso sacrifício se se deixassem esmagar sobre o terreno, o que não demoraria.

IMPRESSÕES CAUSADAS PELO MOVIMENTO DO RIO A 24 DE OUTUBRO

A primeira impressão foi de intraduzível alegria pelo desfecho rápido que provocava o movimento do Rio sem maiores danos para os brasileiros, poupando-se vidas, patrimônios, moral e material que não deviam ser imolados ao despotismo que nos aviltava.

Pouco depois, porém, certos sintomas vagamente percebidos mudaram aquela impressão, numa outra que se traduzia por exaltada indignação generalizada por toda parte, os ecos indo repercutir fortemente nas tropas que operavam no centro e no N.S. do país. Em consequência disso, a desmobilização geral dos espíritos e

das forças, a qual ia começar imediatamente, foi suspensa e ordens formais foram dadas para todos os sectores onde existiam forças revolucionárias para recomeçar as hostilidades a partir de 12 horas de 26, com o objetivo comum: Rio de Janeiro.

O silêncio dos maiorais responsáveis pelo que se passara no Rio e depois disso as comunicações pouco claras ou veladas enviadas ao G. Q. G. e aos comandos do N. e de Minas e às forças governamentais de São Paulo, Baía e outros pontos, davam a crença de que o movimento do Rio não tivera o mesmo caráter do da província. Seria preciso então prosseguir na luta e a opinião unânime assim o exigia, pois as intenções e medidas tomadas no Rio de Janeiro sem conhecimento do chefe supremo da revolução eram contraditórias e tendenciosas. As comunicações de caráter restritivo e diferentes no fundo feitas para os outros Estados onde lavrava a revolução; os desentendimentos de que se tinha notícia parcialmente e que rebentaram entre correntes divergentes formadas entre os elementos participantes do movi-

mento no Rio, e outros indícios, forneciam interpretações sobre a falta de sinceridade, de homogeneidade das intenções de alguns que queriam dominar a situação.

Era doloroso para aqueles que tiveram a iniciativa de organizar e desencadear o movimento com pontos de vista assentados e definidos e compromissos solenes para com a Nação Brasileira, explícitos e implícitos, arriscando tudo, se sujeitarem a um golpe de audácia de ambiciosos, náufragos do momento e que queriam se aproveitar desse mesmo momento, da confusão e da intriga, avançando despudoradamente na obra que não lhes pertencia.

Sabia-se de antemão que o povo do Rio de Janeiro e as Forças Armadas, por seus elementos representativos e genuinamente patrióticos e muitos dos chefes principais, não concordariam com semelhante assalto, quando conhecessem a verdade dos fatos, que estavam sendo explorados por muitos dos responsáveis pela triste situação do Brasil, do Exército e da Armada e que na hora extrema pretendiam

tirar todo partido desses mesmos acontecimentos *pró causa sua*.

Era inadmissível uma tal solução. Afinal, após laboriosos entendimentos com a vinda de O. Aranha e Juarez ao Rio, a situação tomou outro rumo. Foi o primeiro conchavo da República Nova, e a revolução começou a ser desviada, visto que o principal, a limpeza, tornou-se impossível, pela diminuição verticalíssima da intensidade dos meios que poderiam ser postos em ação.

Desde 26 de Outubro, a disciplina intelectual revolucionária — dura e inflexível — sobre o campo de ação, não obstante a heterogeneidade da tropa, passou para o mesmo plano da indisciplina intelectual gerada e mantida na cabeça da Nação e com ela se confundiu até identificar-se completamente.

ADESÕES VALIOSAS QUE ESPERÁ-VAMOS

O oficial de mais valor que, com o cel. Figueiredo, esperava-se pudesse aderir era o cel. Leitão de Carvalho, que também faltara, alegando escrúpulos doutrinários. Igualmente o major Alcoforado, major Outubrino Graça e alguns capitães e subalternos que poderiam ter aderido no decorrer das operações, não o quiseram.

IMPRESSÕES GERAIS SOBRE OS RESULTADOS DA VITÓRIA REVOLUCIONÁRIA

Os resultados da vitória revolucionária poderiam ter um alcance muito maior se, em consequência dos sucessos de 24 de Outubro, os apetites de toda sorte e ambições desenfreadas, as manobras escusas, o despeito, a inveja e outras paixões repulsivas e indecorosas que geravam e mantiveram a confusão, a intriga e o surto de uma política de facções em todas as classes, a despeito da boa vontade do governo que foi instituído, tolhendo-lhe de certa forma os movimentos, os atos saneadores, obrigando a cuidar de sua segurança antes de maior preocupação — tudo isso e mais o personalismo estreito de

muitos pseudo-revolucionários, a nervosidade de uns e o extremismo de outros, a má fé, o embuste, a discórdia produziram um retardamento na marcha ascensional das transformações mais urgentes que se impunham e se impõem para resolver as questões vitais para o Brasil. Pela sua extensão e natureza, a Revolução de Outubro constituiu o passo mais importante dado pela nacionalidade para atingir a estabilidade do seu destino. Uma mudança de mentalidade coletiva tão esconsa como a nossa, devido às imperfeições do caráter de cada indivíduo; a nossa organização político-administrativa tão defeituosa — triste herança que remonta ao mais longínquo passado até a época colonial, a ignorância da massa popular, as incoerências e falta de idoneidade das nossas elites dirigentes, a nossa pobreza evidente, que se debate na esperança de despertarmos e explorarmos supostas riquezas latentes que jamais aparecem; a nossa imaginação tropical que exalta exageradamente virtudes discutíveis com que nos enfeitamos e procuramos apagar terríveis defeitos; a falta do senso da reali-

dade das coisas, a falta de capacidade de organização, a indisciplina mental e outras causas psicológicas, sem contar o impatriotismo e a incapacidade da maioria dos governantes que temos tido, agravaram a solução das questões vitais que nos interessam,como a questão social, a questão econômico-financeira, a cultural, etc. A revolução recebeu uma massa falida e antes que ela chegue ao ponto culminante e agudo que ainda não transpomos para empreender a obra da reconstrução teremos ainda que suportar pesados sacrifícios e crises formidáveis que só seguindo uma diretriz retilínea nos será permitido entrar em período de calma e segurança. Até lá é preciso contarmos com as surpresas bem desagradáveis e ainda com perdas de sucessos imprevistos pois não podemos medir os imponderáveis que possam vir atuar e reagir em sentido contrário ao sentido evolutivo, seja pela inércia, isto é, a tendência a regressar ao sistema passado, seja por divergências insanáveis, seja pela reação dos elementos contrariados descontentes. O *processus* revolucionário terá que durar no mínimo um decê-

nio, mesmo não havendo grandes perturbações. Não obstante o desvirtuamento e as complicações que apareceram imediatamente após a luta pelas armas — frutos quase que exclusivamente de desarmonias pessoais e dos interesses entrechocados de fações que deveriam ter se recolhido para não prejudicar a obra da ditadura, reconhecem-se já, entre outros resultados notáveis, mesmo a despeito de erros devidos à inexperiência, sejam devidos à má-fé — os seguintes: a) de um modo geral, moralidade na administração pública; b) saneamento parcial; c) respeito aos direitos individuais, apesar dos poderes discricionários das autoridades; d) aplicação lógica das rendas e economia intransigente, não obstante os embaraços trazidos pela mais formidável crise econômico-financeira que tivemos, agravada pela crise universal; e) indícios claros de tendências progressistas no domínio político-social e jurídico com adoção de novas normas do governo que poderão nos conduzir a nos fixarmos num sistema ou num regimen que mais nos convenha, encaminhando e assegurando as soluções vitais da nacionali-

dade sobre a base da unidade política, autonomia administrativa, representação de classes e associações do interesse coletivo, centralização maior pelo Estado, etc.; f) a luta política que provocou o Sr. Washington Luís foi o maior passo para a dissolução do Brasil, rompendo todas as conveniências e o equilíbrio nacional em favor da cooperação de todos para atender unicamente a estreitos pontos de vista pessoais e partidários. Esse perigo foi afastado e a indisciplina fatal, fruto da revolução, tende a desaparecer; g) instituição de um Governo Provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las no caminho da ordem e do progresso. Este governo, que tem de se basear na força, deve estender o seu período de duração tanto quanto seja preciso, até que possa estabelecer solidamente as novas fundações sobre que deve assentar o regimen futuro, convenientemente escoimado dos vícios do passado, radicalmente nacionalista, atendendo apenas às necessidades e possibilidades do povo brasileiro.

As confusões e tropeços desse período inicial irão desaparecendo desde que todos se fortaleçam na convicção de que é preciso reunir e não dispersar os esforços para serem empregados decisivamente para o bem da coletividade; trabalho, unidade de vistas, unidade de ação.

Poucas palavras e todos os atos necessários para enfrentar e resolver as dificuldades que se sucedem.

As questões brasileiras são muito complexas, os nossos valores reais são escassos, os casos pessoais privados, particulares, regionais, são inumeráveis e tudo absorvem. Será preciso dispersá-los ou restringi-los ao mínimo, tomar cada um por si mesmo novas diretivas para produzir o máximo fora da burocracia administrativa, de preferência no trabalho da terra e no aumento e distribuição das nossas riquezas.

Os problemas de conjunto devem primar sobre qualquer outro e eu não tenho dúvidas que esta é a idéia central do governo, e isto já importa num maior resultado se a realização dessa idéia não demorar.

Como impressão final, aconteça o que acontecer, estou convencido de que jamais retrogradaremos ao ciclo que se encerrou. A marcha para diante não se deterá e por etapas sucessivas havemos de nos encaminhar para um sistema social-nacionalista. Está nisso o maior resultado da Revolução, pela eliminação dos quistos latifundiários e de outras excrescências mortas que, como o caráter mal formado, produzem as maiores infecções do nosso organismo.

EXÉRCITO SEM EFICIÊNCIA

No decurso da nossa História, estudada depois da emancipação política da Metrópole, pode-se observar que o Exército brasileiro sempre esteve abaixo do seu papel, por inúmeros defeitos, nunca extirpados do seu organismo.

Dessa maneira, toda vez que se tratou do seu emprego como instrumento resolutivo das questões internas e externas, a força armada não se encontrava nas condições que seriam para desejar, porque o grau de sua organização e eficiência era inferior. Foi assim no passado e é assim no presente.

Logo após a nossa Independência, as Forças Armadas tiveram que agir no Sul em defesa da nossa soberania e não foram

poucos os reveses que tivemos, não obstante o inimigo que nos enfrentava não ter razões, pelo menos de ordem material, para ser mais forte do que nós. Depois, no Segundo Reinado, tivemos várias ocasiões de apelar para as mesmas forças, a fim de manter a ordem interna, a coesão e as unidades nacionais, e também para intervir na defesa dos nossos interesses e da nossa soberania, ameaçados pelo estrangeiro.

Em tais aperturas, Exército e Marinha sempre eram apanhados em estado de ineficiência e tudo tinha que ser improvisado e adquirido à última hora, aumentando os sacrifícios impostos a todos e diminuindo as probabilidades das ações enérgicas, rápidas e decisivas, quase que impossibilitando a surpresa, fator importante da vitória.

A ineficiência dos nossos meios de força não só provinha, como ainda provém, da falta de recursos materiais, resultante da nossa indústria militar, incipiente no passado, anulada em seguida e quase nula na atualidade, como sobretudo dos fatores de ordem moral: a formação dos

chefes, a noção da disciplina, a seleção dos valores, os sistemas de recrutamento e de promoções, a instrução profissional. A própria estrutura geral do Exército e da Marinha e a nossa política militar nunca se harmonizaram com os nossos interesses e com as nossas necessidades.

A Guerra do Paraguai, que nos custou pesados sacrifícios de toda a espécie, apesar da vitória final tão demorada, resultou, paradoxalmente, em graves prejuízos, ao mesmo tempo que os nossos aliados platinos dela saíam melhorados, a ponto de receberem um impulso progressista formidável. Encontrávamo-nos na impossibilidade de fazer contra o inimigo um esforço massivo, capaz de destruir de um só golpe suas forças morais e materiais, quebrando, por definitivo, a vontade adversa. E enquanto perdíamos, pouco a pouco, nossa hegemonia militar e naval no continente sul-americano, assistíamos, melancolicamente, países que eram atrasados até então tomarem-nos o passo, num surto formidável de adiantamento em todos os ramos da atividade humana.

A República Velha nos encontrou a po-

tência mais forte da América do Sul, a segunda potência de toda a América, a décima de todo o mundo; hoje, não sei que lugar secundário nós ocupamos à borda do Atlântico, inclusive no ponto de vista militar; no ar, em terra e no mar.

Estas considerações poderão ser acoimadas de pessimistas, pois os brasileiros, são, por temperamento, ou excessivamente otimistas ou excessivamente pessimistas. Ora, eu pretendo que a realidade não seja nem pessimista nem otimista. A realidade é o que é, ela deve ditar a atitude mental correspondente. As considerações acima têm suas raízes nos fatos e não surgem, conseguintemente, de um modo especial de encarar os acontecimentos, modificados ou deformados ao sabor da maneira por que conduzo o raciocínio.

Da observação e estudo dos fatos da vida dos povos, das comparações entre eles, na atualidade e no passado, remoto e mais próximo, examinando-se qual o que correu mais depressa no caminho do progresso humano, qual o que se fortaleceu e qual o que se enfraqueceu e tende a permanecer em perigo constante sob o ponto

de vista estrito do poder e pendores militares de cada um deles, em todas as épocas, sente-se que os fatores decisivos da vitória sempre foram, na ordem da sua importância crescente: material, tropa e chefe.

Dispenso-me de analisar, detalhando, nossa situação sob este tríplice aspecto: material antiquado, insuficiente, impróprio para as nossas necessidades, no ar, em terra e no mar, falta de indústrias que o preparem e o forneçam nas condições desejadas, quer quanto à qualidade, quer quanto à quantidade; tropa insuficiente no número e no valor combativo, até mesmo na sua distribuição habitual, disvirtuada, muitas vezes, de sua verdadeira missão, mal organizada, mal enquadrada, mal comandada, desaparelhada, embora, como matéria-prima, pudesse ser nivelada às de primeira ordem; chefe inepto, incapaz de cooperação, caráter mal formado, viciado desde o início da escala hierárquica. E são, antes de tudo, como observa von Pauker, as qualidades morais do caráter, do caráter que se formou orientado para a rudeza e o sacrifício da guerra, que for-

mam as bases da aptidão do oficial para as coisas do métier.

Muitos dos nossos chefes, sem aptidão alguma para as coisas da carreira, em que são meros charlatães, provêm, de um modo geral, pois há exceções muito honrosas, de meios inadequados, onde o personalismo impera e supera a tudo. Tornam-se em pouco tempo, mesmo os que possuem faculdades as mais robustas, péssimos condutores de homens, sobretudo à medida que se elevam na hierarquia militar.

O exemplo flagrante da grande Revolução brasileira, que pela sua extensão e natureza não tem paralelo nos nossos anais e cujo aspecto geral escapa a muitos, esquecidos ou ignorantes da transformação radical por que passa o mundo, mostrou à evidência que os chefes, em sua maioria, não estavam na altura do papel.

Uma crítica das origens dos nossos males e das consequências que eles provocam é inócua e estéril do momento que se não sugerem e se ministram os remédios para eles. Assunto complexo, não pode nem deve ser tratado em simples notas ditadas

de memória e num tempo muito limitado, por isto mesmo eivadas de imperfeições e sem uma sequência logica.

Em resumo, não é difícil ver que as nossas forças de terra, do ar e do mar estão desmanteladas: pelo menos, a organização e estrutura delas devem ser mudadas em todos os sentidos, paralelamente e até antecipadamente, ao surto renovador da nação, à custa de todo sacrifício, porque isto representará a maior garantia de segurança do Governo Provisório, da consolidação da unidade nacional e da execução do programa regenerador. Sem este instrumento de ação ou com ele enferrujado e imprestável, o problema se torna excessivamente difícil.

A força armada, em sua vocação de mantenedora da ordem interna e da unidade da pátria, no momento, terá logicamente que se preocupar mais com este aspecto de sua missão que com a idéa da possibilidade de uma luta externa, hipótese admissível, embora permaneça o estado de paz em que vivemos com todas as nações da América.

Os exércitos do ar, do mar e de terra,

devem ser, fundamentalmente, revolucionários, no sentido da transformação evolutiva, pelos processos mais racionais, isto é, despida de todo excesso de imaginação, de teoria e de facciosismo. Só assim êles poderão em pouco tempo estabelecer uma disciplina férrea, formar uma mentalidade sadia, pela seleção de valores reais e positivos e pela introdução de medidas capazes de dotá-los de organização e dos recursos que nos convenham, progressivamente aumentados para diante. Para este fim, há questões de extrema urgência exigindo mediata solução, a partir do saneamento implacável do pessoal, a ser feito dentro de um critério equânime; há outras mais adiáveis, subordinadas ao aumento de nossa riqueza, que podem ser objeto de um plano pré-estabelecido após exame e estudo técnico, o qual poderá se desdobrar e se decompor, por um prazo mais ou menos longo, dentro de uma seriação que contenha todos os detalhes e seja convenientemente flexível, para permitir nele se introduzam as variantes que possam se aplicar às diferentes eventualidades que surjam.

Este plano, assim elástico, que atenda às nossas condições reais em sua execução, não deve sofrer soluções de continuidade resultantes de oscilações políticas ocasionais, e no mínimo deve abranger um septenato.

Antes de tudo, é preciso transformar ou criar os órgãos essenciais de direção, pois sem funções cerebrais superiores, o Exército, que é um organismo vivo, viverá apenas uma vida inferior, destituída de objetivos, sem finalidade lógica, fora do sentido real do momento brasileiro e na incompreensão das suas próprias necessidades.

O general Leite de Castro, (1) responsável pelos destinos do Exército, conhece suas faltas, e com mais vantagens do que ninguém, como deve funcionar um organismo militar, havendo estudado, como estudou, profundamente, o assunto, durante sua longa estada na Europa, vivendo e observando os dias sinistros.

Nas suas mãos está a sorte do Exército de terra e tudo faz crer que a sua influên-

---

Na época em que foi escrito este livro, era Ministro da Guerra o Gal. Leite de Castro.

cia e capacidade, com a cooperação decidida de outros generais e sobretudo da bôa vontade e trabalho de todos, oficiais, praças e civis, principalmente do governo e dos mais que têm responsabilidade nos destinos do país — possa atingir o objetivo desejado.

É preciso reconhecer, dadas as nossas condições, que a tarefa é hercúlea e só por meio de um trabalho excepcional e com o maior espírito de patriotismo se poderá chegar a um tal resultado.

As Forças Armadas terão que acompanhar e sentir com a Nação as dificuldades, sacrifícios e tropeços de toda a ordem que ela ainda tem que experimentar.

Os inimigos internos e externos mal se disfarçam e não é pouco o que já se sente dos efeitos de sua obra demolidora contra a Revolução brasileira, mesmo entre os que se têm feito dela adeptos, mas que só esperam uma hora propícia para desfechar o golpe.

Não quero aqui referir-me a este trabalho de destruição apontando onde e como está êle se operando. Para muitos já não constitui um enigma e é melhor calar...

Talvez não sejam os vencidos, os humilhados, os vencidos, os descontentes, os desiludidos, os estrangeiros — os maiores inimigos nossos. Muitos ofídios aqueceram em seu seio a própria Revolução, e a noção de Pátria, de honra e das maiores virtudes humanas — muita gente movida pela ambição e pela lepra moral de todas as paixões recalcadas, esqueceu facilmente, sob o influxo de ambições repulsivas.

Lembrarei, a propósito, um episódio passado há pouco menos de um século.

Na penúltima fase do ocaso do astro napoleônico, durante a campanha da Bélgica em 1815, comandava a divisão do II corpo do exército francês (gal. conde de Vendôme) o general conde de Boumont, nobre do antigo regime que havia aderido ao regime imperial e fôra aceito nas fileiras do Grande Exército, no seu grau, tendo tomado parte nas últimas campanhas do 1º império.

Ele se mostrava, depois de ter combatido o advento de Napoleão com os realistas franceses — um dos maiores admiradores do formidável corso.

No fundo d'alma, porém, demorara-lhe o ninho de recordações e de grandeza do passado; e agora, naquela etapa crepuscular que ia terminar em Waterloo, êle, marchando na vanguarda de sua divisão, cercado de oficiais do seu E. M., seus companheiros também do passado, era assaltado por terríveis pensamentos que lhe lembravam os hábitos do passado, infiltrados na sua natureza.

Os exércitos inimigos (anglo-belga-holandês — Wellington — prussiano e Blucher) estavam acantonados e espalhados sôbre o território belga e completamente desprevenidos do perigo que os ameaçava.

A concentração do último exército comandado por Napoleão e os movimentos executados com objectivo de surpreender o inimigo e pô-lo inteiramente fora de causa — tinham sido preparados e regulados no mais completo segredo e com a previdência e maestria com que só Napoleão sabia agir.

Um ataque vigoroso e súbito desencadeado entre os dois agrupamentos de forças do inimigo iria permitir a separação

de ambos e batê-los um depois do outro com a certeza que só o destino poderia impedir.

No fim da sua grandiosa obra, o genial soldado engendrou um dos mais admiráveis planos dos que êle concebeu, até mesmo pela sua maravilhosa simplicidade, dentro das circunstâncias do momento. O inimigo, negligente e pouco sabido, seria abordado em flagrante delito. O general conde Boumont — bonapartista combatente, mas realista "enragé" — resolveu principiar a destruição do plano do seu chefe pela forma mais útil para o inimigo: isto é, comunicando a este sem perda de tempo as intenções do imperador. Nenhum escrúpulo, nem o sentimento de patriotismo, o deteve: distanciando-se, como se fosse fazer um reconhecimento, ao aproximar-se da fronteira franco-belga, abandonou a sua divisão com um grupo de oficiais seus sequazes e, transpondo a fronteira, foi advertir os postos avançados dos prussianos distribuídos ao longo dela da ameaça que corriam.

A missão da própria tropa que comandava ia, assim, fracassar, inteiramente,

pela conduta traidora de seu chefe e isso ia ter uma influência fatal no desenvolvimento do plano de operações e na sorte da França. Quando a vanguarda francesa pretendeu apanhar descuidados os Postos Avançados inimigos, estes estavam alertas e em condições de resistir. Boumont não perdeu tempo. Conduzido aos postos de comando dos diferentes chefes prussianos do 1º corpo de exército (Ziethen), aos quais ia relatando o que sabia e provocando disposições que a situação exigia, foi, em seguida, levado ao Q. G. do chefe supremo do inimigo. O velho feldmarechal-general ouviu-o e o atendeu, comunicando-se com o seu colega, duque de Wellington.

Não tardaram as medidas tendentes a fazer abortar o plano napoleônico. Os exércitos inimigos tiveram, sem demora, ordens e instruções para receber o embate das forças francesas.

O marechal Worwaertz era, porém, um homem digno: de posse das informações do traidor, serviu-se delas, como lhe convinha, mas nem sequer apertou a mão ao francês representante da nobreza, que,

dentro de poucos dias, se restabeleceria na França, por efeito do insucesso da campanha da Bélgica.

Despediu-o sêcamente e, voltando-se para o seu chefe do E. M., o grande general Ten von Gneisenau, proferiu estas palavras:

— Os azuis são sempre azuis, e os brancos sempre brancos...

E dizem que acrescentou a conhecida frase:

— Ama-se a traição e despreza-se o traidor...

Isso quando ainda existiam preconceitos... Mas não há nada de novo sob o sol.

A FINALIDADE POLÍTICA DO EXÉRCITO

DETERMINISMO HISTÓRICO

Para as nações, a vida de uns representa um traço luminoso riscado no firmamento que as circunda, na sucessão dos tempos; e ora êle esvaece, aceleradamente, ora poderá brilhar com mais fulgor, para depois extinguir-se e ficar sobrevivendo apenas invisível e imaterialmente.

A vida dos demais, da massa coletiva, é anônima na sua continuidade e só resplandesce iluminada pelos reflexos que se desprendem das trajetórias rutilantes dos eleitos e condutores, em todas as gerações, no caminho do porvir ilimitado, sob o império das leis inexoráveis do destino.

Eis porque a ninguém é lícito traficar com esse destino, que não pertence a nenhuma geração isolada e a nenhum gru-

po de gerações e de indivíduos, senão a título precário entregue às gerações contemporâneas, como usufruto comum de todas elas, a sucederem-se dentro do ciclo da revolução natural das civilizações e por força das circunstâncias em que se desenvolve a existência de cada nacionalidade.

Debalde os homens perversos e pervertidos tentarão mudar esse destino em proveito de interesses diferentes.

Seja esse destino infeliz ou seja ele bom — a marcha que o impele é ininterrupta e fatal, escapando iniludivelmente aos efeitos de intervenção contrariamente praticadas.

É o que tem acontecido ao Brasil colonial, ao Brasil monárquico, ao Brasil republicano e ao Brasil que persistirá para além da época atual.

Descoberto no estado primitivo de selvageria, o país foi conquistado e doado ao estrangeiro, civilizou-se e cresceu do oriente, onde nasce a luz, para o ocidente, onde ela se continua.

O domínio inicial foi perdido pelos nativos por culpa do atraso e da inferiori-

dade deles, e da incapacidade consequente para defenderem a terra de seu *habitat*, que passou a outras mãos mais fortes e ágeis que o alargaram e formaram um povo novo e mesclado. Este povo, três séculos mais tarde, constitui-se na Nação atual, que deve ascender sem mutilações e alterações, seguindo o curso dos séculos. É a herança que nós e os vindouros teremos de guardar e conservar intacta e intangível.

Mas nem sempre a resultante das forças de afinidade se justapõe a outras condições de equilíbrio, na dinâmica social, permitindo assim às forças de repulsão arbitrárias abrir brechas e ruturas que poderão ameaçar as instituições do Estado, os fundamentos da nacionalidade na integridade physica e moral.

O povo, ou massa geral de uma terra, na permanente luta pela vida, nem sempre apresenta caracteres vigorosos de mentalidade uniforme, de fortaleza racial, de comunhão de interesses, de compreensão nítida da necessidade de organizar o trabalho geral e os meios de defesa comuns.

O RITMO DA EXISTÊNCIA

O ritmo da existência em face da organização social é função de fatores e agentes geográficos — de ordem moral e material — variáveis ou constantes, mas perturbadores no tempo, no espaço e no espírito da coletividade.

Confunde-se soberania do povo com a ação —— ou da parte mais ativa dele — com a soberania da própria Nação. Aquella se manifesta no presente, nas exteriorizações da opinião pública; a outra, sobrevindo do passado, distende-se metafisicamente para alcançar e dirigir o futuro. Mas, de qualquer sorte, as transformações violentas ou pacíficas sofridas pelos povos e as nações, nos transes e passagens mais profundas da história — o ins-

trumento de força da soberania nacional — tem conservado a invariabilidade da sua missão, como espinha dorsal do organismo nacional.

Quebrada aquela, a vida deste tornase impossível, mesmo que os agentes exteriores venham a influir. O certo é que sucumbirá, mais dia menos dia, em consequência da lesão de seus órgãos vitais deixados sem defesa e incapacitados de funcionar regularmente.

Por isso, não é sem apreensão que, no desdobramento dos fatos políticos, sociais e econômicos no seio da nossa pátria — estamos assistindo ao enfraquecimento progressivo e sistemático do nosso aparelhamento militar.

E agora que as incertezas nos assaltam, o momento parece o mais adequado à reflexão e ao exame dos problemas capitais da segurança nacional, particularmente os problemas militares prementes, após a revolução, sob o imperativo de serem encontradas as soluções mais racionais.

"L'art de la guerre n'est que l'art d'augmenter les chances pour soi".

Numa reunião numerosa e seleta de elementos representativos do Exército e da Marinha Nacionais, sem objetivo prático premeditado, não poderá deixar de tornar-se interessante e útil, se dela resultar a significação do maior estreitamento de relações entre os militares de terra e mar, para maior coesão das forças armadas do país, para o desenvolvimento do espírito de camaradagem, de disciplina intelectual e mais acentuada unidade de vistas, tudo sintetizado no espírito de sacrifício pela causa da nacionalidade, constantemente posta em perigo, devido a uma política cheia de contradições e de vícios, sujeita aos entre-choques de interesses, às confusões e às divisões que ela própria cria e alimenta com o fim de se manterem os seus aproveitadores nas posições lucrativas de mando, próprias desse sistema democrático e funesto, à custa de prejuízos para a coletividade e até da ruína da Pátria.

COMANDAR

Comandar não é senão obter a convergência de esforços solicitados para obedecer a uma vontade única, até alcançar o objetivo que se tiver em vista, com caráter duradouro ou transitório.

Pertence então profundamente ao domínio da psicologia, subordinado a fatores bem definidos e a imponderáveis de toda a espécie.

A guerra, segundo afirmam, não é outra coisa do que a continuação da política por meios violentos. Contemporaneamente, as nações fortes procuram resolver suas pendências internas — dificuldades econômicas e questões político-sociais — à custa das nações mais fracas e mais desprevenidas, do mesmo modo

que, em outras idades mais recuadas, a causa original fixa sempre foi disfarçada com pretextos e competições civilizadoras diversos, e até religiosos e raciais. As doutrinas que se ligam às lutas travadas entre os povos e as nacionalidades variam assim consideravelmente. No tempo e na substância, porém, ainda persistem fatalmente, nos processos de difusão e na finalidade que conduz, a mesma absorção ou o domínio do mais forte sobre o mais fraco, seja no campo material, moral, espiritual ou político. Nos tempos modernos as doutrinas dos enciclopedistas, contrárias à ordem de coisas remanescentes da média-idade, determinaram o sentido da grande crise político-econômica e social do ocidente que produziu as guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, gerando por fim o sistema burguês-capitalista, com o advento da democracia liberal. As doutrinas econômico-financeiras e sociais do Século XIX previram a crise mundial consequente do regime capitalista, preconizando soluções e ideologias, algumas das quais entraram para o terreno da experimentação — mas

sem poderem, todavia, atenuar ou evitar o desencadeamento das guerras e revoluções do Século XX, com a subversão geral e o mal-estar ainda reinantes no Universo.

A era da paz universal ainda é um mito para a humanidade e as nações continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra, deixando aos cuidados da diplomacia hipócrita a mais astuta maneira de intrigar, enganar e surpreender umas às outras. O estado de conflito armado, que era latente, agora é ativo e se agrava e se torna permanente, pois o intervalo entre uma guerra e outra é semeado de lutas e revoltas intestinas em grande número de países, entre as diferentes camadas sociais, pondo em risco a estabilidade e a existência dos Estados que não souberam, não puderam ou não quiseram organizar-se fortemente.

A luta de classes é hoje em dia o expediente mais seguro e hábil para enfraquecer uma Nação, ativá-la à mercê dos golpes do imperialismo tanto político e moral, como econômico e material.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A nossa emancipação política — diga-se a verdade — não nos libertou completamente do jugo estrangeiro, que nos constringe ainda sob diferentes modalidades, por meio dos agentes para os quais temos sido país meio-colonial.

Se o nosso governo material e moral tivesse aumentado proporcionalmente às nossas necessidades, nossa voz exprimiria hoje outro som no concerto universal. Mas não só a prática do malfadado regime que a revolução de outubro derrubou nos fez perder a posição que ocupávamos no continente por ocasião da proclamação da República, como também reduziu as nossas possibilidades ao estado de impotência.

Será crível, em face da experiência de 40 anos, depois de tantas tempestades internas, depois de tanto sacrifício, depois da verificação comprovada da falência do regime — que ainda se pense em restabelecê-lo?

É isso uma questão primordial, que talvez escape à sutileza e à dialética de advogados, ou a interesses forçados e *faisandés* de restauradores impenitentes, mas que o simples bom senso e a lógica dos fatos consumados induzem a apreciá-la com a máxima atenção.

Um grande patrimônio moral e material ficou para trás, destruído; as vigas mestras sobre que repousa a unïdade nacional estalam; vastas parcelas de mortos e de inutilizados de parte a parte — uns, bem ou mal, defendendo o regime, outros, bem ou mal, o combatendo — já formam uma cadeia extensa, sinistra e impressionante; as dissenções, a miséria, a corrupção e a indisciplina geral cresceram; a depressão econômica e o desprestígio da autoridade são evidentes — e, apesar de tudo, é preciso ficar amarrado a esse regime abstrato, que nos deve re-

ger até a morte, porque assim convém ao bizantino e inviolável espírito de liberalismo – fonte de todos os males sociais e pátrios —, forjado para que a todos se permita a liberdade de se encarniçarem na prática do mal contra o bem, aumentando o babelismo e as complicações do problema da organização nacional.

A questão é vital, basilar, para o futuro do Brasil. A solução dela, porém, não é, normalmente, da competência do poder militar, que não pode intrometer-se na matéria sem falsear a sua própria finalidade, pois êle não é mais do que o instrumento de força do poder civil. Entretanto, não é sem justa ansiedade que as forças militares esperam a decisão do poder soberano da Nação. Elas não querem mais — nem lhes seria lícito outra coisa — do que representar o papel que lhes tem sido negado, deturpado e diminuído — que lhes cabe, da mesma maneira que em qualquer outro país civilizado do globo, dando-se-lhes os meios correspondentes.

Outrora, quando se procurava, erradamente, corrigir os efeitos pelas sanções jurídicas e políticas aplicadas, em vez de

eliminarem-se as causas primárias das indisciplinas e revoltas — costumava-se pregar que o Exército não devia ser político — capcioso eufemismo para impedir ou não impedir, conforme as conveniências e os egoísmos de grupos, que os militares tomassem parte ativa nas competições facciosas ou mesmo de opinião.

Mas era um erro, um absurdo — fruto da ignorância, da má-fé ou da incompreensão da História. O Exército é um órgão essencialmente político; e a êle interessa, fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos da atividade, da produção e da existência coletiva, inclusive a instrução e a educação do povo, o regime político-social — tudo, enfim afeta a política militar de um país.

Como, então, em satisfação à obra de negativismo que se espalha entre nós, desconhecer o axioma, a verdade cristalina do

alcance e da finalidade política das Forças Armadas?

Semelhante noção só penetrava e penetra no gosto da política partidária confusionista e inepta que tudo deforma e procura derruir no Brasil, desde o fundo da alma coletiva até chegar à superfície das instituições fundamentais da nacionalidade.

Certamente, todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário, faccioso ou tribul, filiado a correntes antagônicas interesseiras, a cujo contato e serviço êle se inutiliza evidentemente para o Exército, ou se transmuda em fator de indisciplina e dissociação deste.

Há quem, através do lirismo ou do obscurantismo, procure demonstrar com exceções o contrário da regra.

Mas a significação é oposta aos reais interesses e à missão das Forças Armadas. Só os países acaudilhados ou super-civilizados ainda a aceitam.

A HORA DO AJUSTE DE CONTAS

As falsidades que, por intermédio da ação deletéria da política partidarista, se introduziram no organismo nacional fizeram uma verdadeira devastação no organismo do Exército.

As mais fraudulentas noções ela pôde inventar e nêle inocular mortiferamente.

Os reagentes, mesmo depois da Revolução de 30, não foram aplicados ou não têm podido reanimá-lo e pô-lo de pé. E hoje já se ouve até com resonância os dobres de finados que tocam por antecipação os sineiros dessa política demolidora.

Mas creio que as cataratas nos caíram dos olhos de todos nós e de todos os homens de bôa vontade que amam a sua Pátria e devem amar as suas instituições ar-

madas, indulgentes para os erros de falsa direção por elas cometidos.

Com a Revolução devêra ter soado a hora, senão do ajuste de contas, pelo menos de desvendar a meia-verdade encoberta. Infelizmente, assim não aconteceu e as circunstâncias não têm facilitado o reerguimento e a renovação do Exército. As dificuldades acumularam-se a tal ponto, que será uma tarefa pesadíssima pretender com rapidez encerrar o capítulo de destruição e começar com energia o de reconstrução. Não será obra para um só homem, nem para um prazo curto. Ela terá de acompanhar, paralelamente, as reformas exigidas para a vida nacional, seguindo a sorte desta.

Nem por isso é o caso de alguém desanimar. Os inconscientes e os incapazes descrerão de tudo ou acreditarão demais; mas os que quiserem bem servir reconhecerão o seu próprio valor, para combiná-los com os dos outros num esforço decisivo e comum, passando sobre o ventre de todos os obstáculos transponíveis.

Sempre se fala com mais clareza e calor, com mais razão e proveito, quando se

dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama. Não há outra maneira mais convincente de reduzir o adversário à impotência e às vezes ao silêncio. É a lógica da história dos povos, cujo determinismo não está subordinado a uma única coordenada: o chamado *materialismo*, pois, se assim não fosse — esse determinismo paradoxalmente seria indeterminado e indefinido. Há outras coordenadas que fixam o lugar e o avanço de cada civilização.

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Modernamente, a organização do Exército repousa em bases políticas e estas só são resistentes quando permitem o equilíbrio social, a disciplina social pelo trabalho e organização da economia, a justiça inflexível e a liberdade compatível com a segurança nacional. O Exército não pode baixar ao nível de facções políticas interesseiras, e disso decorre a necessidade de permanecer dentro de um mesmo espírito diretor — expressão vivente de todo o idealismo nacional, a cujo influxo devem organizar-se e orientar-se todos os grupos e classes sociais.

As forças morais, decorrentes da consciência coletiva que os elementos constituintes do Exército possuírem da sua no-

bre missão, são as que lhe infundem coesão, solidez e poder combativo.

São os "quadros" a expressão máxima, em qualidade, do valor dos Exércitos. O aparelhamento militar de uma nação é custosíssimo; e um país como o Brasil, desprovido de indústria e de outros recursos, subjugado continuamente por crises financeiras crônicas e dependente da boa vontade e dos capitais de que dispõem países estrangeiros — não pode pensar em manter sob as armas efetivos numerosos.

O dilema para nós é tremendo: de um lado, a vulnerabilidade da nossa posição geográfica, em face das fracas possibilidades e das dificuldades de assegurar eficazmente a nossa defesa em terra, no ar e no mar, e de outro lado, a fatalidade humana das guerras, previstas ou imprevistas. Disso resultam as hesitações e as omissões relativas à praticabilidade de uma política de idéias estratégicas razoáveis, o que significa não haver um plano sistemático de preparação moral, espiritual e material da nação, que nos permita encarar com tranquilidade a hipótese sempre possível de um conflito armado, no

qual, a contragosto, sejamos envolvidos.

Nas condições atuais do mundo e de acordo com os nossos precedentes históricos e a índole nunca alterada dos nossos governos e do nosso povo — somos uma nação que não quer nem pode fazer a guerra. Então a hipótese agressiva é para desprezar. Mas poderemos ser obrigados a aceitar a guerra que nos queiram fazer. Ainda assim, no continente sul-americano, parece que nenhuma nuvem plúmbea escurece as nossas relações com os países vizinhos para levar-nos a refletir na eventualidade de uma guerra preventiva. Cada vez mais a nossa política deverá procurar afastar o perigo de travarmos de razões com êsses países.

Entretanto, os conflitos provocados pelas intervenções estrangeiras, como sucede no Extremo Oriente, em razão das competições econômicas e das concessões-escravizadoras — são sempre uma ameaça, como outra ameaça é o estado de tensão político-social que paira sobre as nações, prenunciando nova e mais trágica conflagração. Se o mundo confla-

grar-se, os processos de combate e de destruição, sobretudo na guerra aérea e electro-química, assumirão aspectos jamais imaginados. Ou assistiremos impassíveis e neutros fundir-se a carne humana entre dois partidos opostos, ou teremos de associar-nos, por força das circunstâncias, a qualquer dos agrupamentos, jogando a sorte das batalhas. Parece difícil que algum país, cuja soma de interesses antagônicos o prende a outros, possa livrar-se da pressão para participar de um conflito universal destinado a resolver as complexas questões que o motivam.

O caso de uma guerra externa generalizada permitirá ou não, conforme o resultado das hostilidades iniciais, o suprimento oportuno do material bélico indispensável à custa do agrupamento a que nos juntarmos. Nós forneceremos a "carne para o canhão" e o resto nos será concedido, se a liberdade dos mares nos ficar franca.

Mas, seja nesse, seja noutro caso antevisto, da eventualidade de uma guerra, ser-nos-á preciso contar com a mobiliza-

ção nacional praticável nas melhores condições, inclusive o aspecto econômico.

Essa mobilização deve ser o fundamento, invertidamente, da nossa doutrina de guerra com a linha de conduta estratégica vagamente prevista ou incompleta, por depender de fatores talvez estranhos aos nossos objetivos imediatos e naturais.

É fantasia pensarmos 'a priori' em estratégia de esmagamento ou de esgotamento (usura), sem fixarmos previamente o inimigo provável e o fim político da guerra. "A doutrina de guerra encontra sua primeira expressão no plano de campanha", preparado desde o tempo de paz. Entre nós, porém, um plano de tal natureza não se adapta facilmente às condições e circunstâncias políticas e militares que prevalecem no momento.

Temos que nos conformar em desprezar quase tudo que fôr inútil e insuscetível de aproveitamento para nos entregarmos à obra quase inteiramente nova, do ponto de vista da preparação do pessoal e do material, isto é, da organização geral das fôrças militares.

Antes do mais, é preciso investir de

responsabilidade, de atribuições e de autoridade os órgãos do Alto Comando, a principiar pelo Conselho Supremo de Defesa Nacional, onde os governantes, com assento nêle, e os outros estadistas e dirigentes do país devem ficar ao corrente das nossas necessidades. É pôr um cérebro em pleno funcionamento e é a melhor maneira de desfazer os equívocos e prevenções, as idéias errôneas e as fraudes que se têm espalhado sem rebuços nas esferas da política e dos negócios, nas esferas governamentais, nas camadas sociais e até nos círculos militares.

Da cooperação desses órgãos hão de nascer, forçosamente, o conhecimento exato da nossa situação e as diretrizes mais certas para abordar e resolver, por etapas progressivas, a pluralidade dos problemas da nacionalidade, dentro das previsões mais ajustadas à realidade e à relatividade das coisas, sem os "a coups" que produzem as improvisações à falta de orientação e de continuidade.

São raras as nações que podem desenvolver ao máximo o seu potencial do tempo de paz, aproveitando a massa de sua

população no serviço militar. Normalmente, conforme as circunstâncias imperativas, elas podem ter um pequeno exército de elite, fortemente equipado e dispondo de material suplementar para o primeiro choque, ou um grande exército de qualidade inferior.

A primeira categoria parece convir melhor ao Brasil, desde que se não despreze a questão de preparação, formação e emprego das reservas e dos quadros de complemento, pela educação e instrução sistemática da população, como pela utilização eventual das indústrias aplicáveis à guerra.

Os "quadros" devem primar pela qualidade; mas, infelizmente, vivemos longe de apreciar concepções e costumes capazes de quebrar a rotina e os enclaves que penetram no oficialato e no quadro dos sargentos.

"O maior número sempre vence o menor" — disse-o Napoleão — compreendendo no pensamento expresso a condição implícita de serem da mesma qualidade.

O general Langlois, apreciando a guer-

ra russo-japonesa, pôde afirmar que a predominância da qualidade se tornara uma lei histórica — e essa predominância se acentua com o aperfeiçoamento dos processos de combate, do armamento e da técnica em geral.

Todo militar — a principiar pelos chefes mais graduados — cioso de bem servir o Exército, sem preocupações utilitaristas, devia, em cada posto que ocupasse, fazer o juízo introspectivo de seu valimento e dêle deduzir a necessidade de afastar-se voluntariamente do serviço, para não prejudicar a evolução e a seleção hierárquica.

O PARASITARISMO NO EXÉRCITO

Vêm-se constantemente generais, comandantes e oficiais que tiram sua autoridade do fato de serem portadores de galões, de comparecerem às casernas, aos serviços e até entrarem em campanha, embora caiba a outrem direção co-efetiva das unidades colocadas sob a responsabilidade dêles; vêm-se oficiais que, pela circunstância de serem diplomados com os cursos regulamentares, presunção de aptidão para o comando, pouco ou nada fazem para exercê-lo positivamente e assim o Exército vai formando uma casta parasitária, com horror, fastio e desprezo pelo ofício das armas, pelo estudo e o trabalho militar, que são áridos, difíceis e pesados. O corpo de sargentos — êsses auxiliares

admiráveis do corpo de oficiais — pouco a pouco foi também sendo invadido pela lei do menor esforço e fora dos quartéis vai buscar facilidades e proventos que compensem as suas aspirações. E o mal pode se alastrar até a matéria-prima excelente, que é o soldado brasileiro, e somado tudo, chega-se a conclusões desconcertantes em relação à preparação do pessoal que deve normalmente preencher os claros do Exército.

De um lado, uma parte dêle recebendo em cheio o peso desigual dos trabalhos e das responsabilidades do serviço; de outro lado, uma fração crescente, cada vez mais, subtraindo-se às obrigações contraídas e furtivamente despersonalizando-se em prejuízo do Exército e dos companheiros.

A revisão geral da organização do Exército deve considerar sem demora essas anomalias e aberrações, estabelecendo quanto ao pessoal medidas radicais de saneamento, de aperfeiçoamento, de equidade; estabelecendo a justiça severa e rápida, entregue aos próprios militares, como ao Exército deve caber pelos órgãos

competentes resolver as suas questões, sem intromissões indébitas e sem fraudes.

Para acabar com a desolação do Exército *colonial*, a lei dos quadros — promoções e movimentos — deve oferecer toda resistência ao arbítrio, ao cortesanismo e aos privilégios para só atender às necessidades reais do Exército.

De um modo geral, o militar, como os demais cidadãos, salvo os das classes desprotegidas, não precisa ter dilatados seus direitos individuais. Mas, êle precisa estar liberto de qualquer preocupação relativamente ao futuro e o Estado deve fornecer em troca das exigências que lhe fizer maiores garantias e vantagens, sobretudo de ordem material e facilidades para a subsistência, assistência e educação da família, quando êle estiver impossibilitado de satisfazê-las diretamente. O padrão de vida não está mais em proporção com os vencimentos dos postos mais baixos da escala hierárquica dos oficiais e praças, nem são equitativas de tabelas existentes que as aperturas orçamentárias, os exames de quadros e as despesas extraordinárias não têm permitido modificar. Por

este mesmo motivo a questão do material, cada vez mais exíguo e obsoleto, vai se tornando um problema assaz grave em razão de termos que importar quase tudo do estrangeiro. Só havendo a deliberação inabalável de atacar em todos os aspectos — dentro de um plano que objetive satisfazer progressivamente todas as necessidades inadiáveis — os principais problemas concernentes ao pessoal e ao material — se poderá confiar na consistência e eficácia das instituições militares.

O Governo e os chefes devem se lembrar que sem a união dos elementos militares, os esforços só poderão ser dispersivos e o trabalho sem rendimento, não afirmando compensações para os sacrifícios exigidos. O apelo a todos os expedientes, até mesmo ao nosso sentimentalismo doentio, procurando transformá-lo, não se deve desprezar, contanto que o Brasil venha a possuir as Forças Militares que merece. O militar não deve esquecer as suas relações com os civis e os subordinados de guardar a mesma coerência na conduta que mantiver, para o superior, pois as diferenças são apenas de

responsabilidades que os preconceitos e as vaidades não devem desfigurar. Punir é a última forma de corrigir, a primeira sendo sempre educar pelo exemplo do trabalho na instrução e fora da instrução.

Digo simplesmente que os meus erros não me abatem e me servem de estímulo para acertar no caminho que leva ao objetivo, o qual todos nós, num só ideal e solidários, em qualquer circunstância, bôa ou má, não devemos perder de vista. Em qualquer lugar que esteja, estou convosco e assim espero, até ao fim de minha atividade, poder conservar-me, embora às vezes, na aparência, pareça que eu me afaste por algum desvio ou dê a impressão de que vou deter-me ou retrogradar. É que aparece a necessidade de tomar fôlego, em certas ocasiões,ou de verificar o rumo indicado na agulha de marcar, para não cair em alguma *selva escura*... Desde que seja para o bem de minha classe, nunca hesitei em assumir responsabilidade pessoal, não receio ante o facasso, nem me movem ambições, aspirações ou fins ocultos de qualquer natureza. Mas na dúvida entre ser carrasco ou coveiro de mi-

nha classe, prefiro não ficar preso a laços que me privem de soçobrar com ela, se esse fôr o seu destino.

E nós devemos preferir a dissolução a continuarmos vivendo uma vida que se vai tornando por demais vegetativa nas divergências e nas confusões das lutas de facções.

Recebamos no nosso seio todos os elementos úteis dêle afastados, por qualquer motivo; repilamos todos aquêles que forem nocivos e prejudicarem a nossa vida coletiva e a finalidade do Exército.

Subsistamos objetiva, e não subjetivamente, confundindo nossos adversários, repelindo as injúrias e afrontas dirigidas à classe, com violência, desde que a reparação não nos chegue em hora oportuna; desfaçamos os equívocos entre civis e militares, pois todos devem servir à Pátria em qualquer profissão, e tomando medidas para castigar os réprobos de qualquer categoria e exaltar os benfeitores da nacionalidade, a começar pelo humilde trabalhador e pelo humilde soldado, que precisam de todo o nosso amparo e que são a

nossa força, dando o sangue e o suor pela grandeza do Brasil.

Digamos bem alto que as Forças Militares não são contra o Federalismo, não são contra os Estados grandes ou pequenos, não são contra os políticos maiores ou menores, não são contra os proletários patriotas, não são contra a imprensa, as leis e os elementos culturais, não são contra as polícias estaduais e as instituições não armadas; não são contra os estrangeiros respeitadores; não são contra a autonomia dos Estados, não são contra a indústria, a lavoura, o comércio e o funcionalismo; não são contra os governantes e os governados.

Elas são a favor da Nação brasileira unida e forte, e contra todo elemento e contra tudo que prejudicar essa união.

O EXÉRCITO E O BRASIL

(Trechos da entrevista do General Góes Monteiro ao "O Jornal" de 5-11-33).

— O problema militar brasileiro tornou-se de uma complexidade exagerada, em consequência de erros que se foram acumulando, pode-se dizer, de ano para ano, devido à inépcia e incompreensão de muitos responsáveis pelos destinos da Nação e do próprio Exército. Não é o caso de classificar todos esses erros, muitos dos quais estão no conhecimento da vulgaridade e outros são de natureza mais transcendente. O que, entretanto, se pode afirmar com segurança é que o que houve e o que está não podem continuar, sob pena de marcharmos para o afundamento da nacionalidade. O Exército tem que retomar a sua finalidade, não deixando mais haver confusões que a desnaturem e tornando impossível que outros elementos de força perturbem a sua existência ou operem em sentido paralelo ou divergente com ele.

AS ÚNICAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS

— Não havendo a opinião pública do país se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas, que não poderão mais dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Maranha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para esse fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagônico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condi-

ções, as forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constróem lágrimas. O mundo, experimentando após a grande guerra a maior crise que se verificou para a civilização, engendrada pela burguesia, está nos dando, a cada passo, exemplos de como a burguesia de cada país tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da depressão econômica e financeira e da depressão moral. Ela procura um meio mais racional e mais fácil de salvar-se, fazendo para isso o sacrifício mesmo de seus preconceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico. Não pode existir Exército disciplinado dentro de uma Nação indisciplinada. Organização quer dizer disciplina, divisão de trabalho, etc.

UM CASO DE SALVAÇÃO PÚBLICA

— Em relação ao Brasil, estamos ficando em presença de um caso de salvação pública. E "a necessidade é a primeira lei; a salvação pública, a primeira justiça". É desnecessário mostrar o caminho que estão seguindo as grandes potências e mesmo as outras potências do mundo. Para regular a vida da sociedade, vão criando novos órgãos e instituições do Estado, de modo a dar a este o poder suficiente para debelar a crise interna. O exemplo dos Estados Unidos, que procuramos imitar com a Constituição de 91, está exigindo a nossa reflexão. Isto sem falar no que já fizeram a Itália, os países íberos, a Alemanha, o Japão e a Turquia, onde o genial Mustafá Kemal, teve que

enfrentar talvez a situação mais angustiosa. E sem citar a própria Rússia, que, humanizando-se cada vez mais, vai entrando para a fase definitiva de estabilidade e progresso nacional. Mas não é difícil de perceber que a base das transformações e reformas introduzidas nesses países é o nacionalismo econômico, dirigido pelo Estado cada vez mais fortalecido. Mesmo na França e na Inglaterra, onde elas são mais imperceptíveis, devido ao elevado grau de estabilidade política que alcançarem estas nações. A burguesia brasileira, porém, não quer compreender o estado de necessidade que se criou para o mundo inteiro e não quer abdicar de certos privilégios em benefício da nacionalidade. E persiste no desejo de reproduzir os erros com a adoção do mesmo regimen político, das mesmas normas e costumes que temos de abolir, por bem ou por mal.

O FORTALECIMENTO DO EXÉRCITO

— Para o Exército, é uma questão de vida ou de morte o seu fortalecimento, sem o que ele nunca poderá cumprir a sua missão na paz e na guerra. Quanto mais forte ele estiver, mais será coheso e disciplinado, mais se entregará à exclusividade, mais será uma garantia sólida da unidade e integridade nacional, mais capacidade terá para desmascarar os embusteiros que penetram nas suas fileiras com o fim oculto de dissociá-las, sejam eles políticos faciosos, elementos indesejáveis da própria classe ou agentes disfarçados, a soldo de outros governos. É sabido, hoje, que muita gente que se mostra afeiçoada a oficiais, sargentos e soldados, e

que se diz amiga do Exército, muita gente mesmo que ingressa nas suas fileiras — não são mais do que os seus próprios e mais implacáveis inimigos, procurando dividi-lo e envenenar sua base fundamental, que é a disciplinan. A complexidade do problema militar no Brasil não permite que se possa introduzir, de um só jato, no organismo das forças militares, uma terapêutica capaz de produzir o mais rápido efeito. Sendo o Exército um organismo vivo e tendo sido as nossas instituições militares propositadamente minadas, a tal ponto que foi preciso uma intervenção violenta para salvá-las, e com elas a Nação inteira — o mal tem raízes tão profundas que só num prazo, que não pode ser curto, se poderá extirpá-lo definitivamente.

A QUESTÃO DO CHEFE

— Um dos problemas fundamentais para o Exército é o chefe. Seja ele de qualquer grau, deve possuir a autoridade correspondente à responsabilidade que naturalmente lhe compete na escala hierárquica. E essa responsabilidade é tanto maior, é óbvio, quanto mais ele sobe. Se ele não tem capacidade moral e profissional para comandar, isto é, para ser o mestre, condutor e guia dos homens que são obrigados a obedecê-lo, não será obedecido, ou só será obedecido incompletamente. Então, o primeiro problema a atacar é a revisão geral de todos os quadros do Exército, a principiar pelos mais altos, para colocá-los à altura de sua espinhosa missão. Esta revisão deverá ser feita sob os prin-

cípios da moralidade e da justiça implacável, pelo próprio Exército, que é quem poderá conhecer melhor as conveniências do seu interesse. Aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. E este deve repelir, a coices d'armas, todo elemento que, sob quaisquer disfarces, queira induzi-lo a tomar outra direção, do que, como tem acontecido, só poderá resultar a sua divisão, fraqueza e impotência. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material — no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza — e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo.

A GUERRA É DIVINA

— A guerra é divina por sua essência. Para os espiritualistas, ela antecedeu a Criação. Sua primeira noção se encontra na luta entre vontades, na luta entre o "bem" e o "mal", na luta entre os seres eternos. No domínio da poesia, ela foi, tem sido e será contada sob diferentes formas. O "Paraíso Perdido", de Milton, nos revela a primeira luta entre os espíritos, a revolta contra o Criador. E inúmeras produções geniais da filosofia, da história, da poesia e de outras artes nos dão a convicção da perpetuidade da luta, como a necessidade máxima da própria natureza. O paganismo também nos seus grandiosos mitos nos mostra as lutas entre os deuses que os homens imitavam sobre a

terra. Os materialistas não fundam suas concepções noutra coisa que não seja a luta, porque a matéria viva não é coisa diferente. E a matéria morta deixa de ser matéria. A vida é, então, a luta, e a guerra é, portanto, natural, como a tempestade, o ciclone, o terremoto. Todos são manifestações naturais da energia cósmica.

No decurso dos séculos, certamente, a humanidade tenderá a aperfeiçoar-se mais a mais, porém é difícil que essa perfeição atinja a um estado de pacificação absoluta, o que seria a negação de que tudo é relativo. Seja que ela se oriente para o materialismo puro, seja que ela se encaminhe para a unidade da religião, o que poderá acontecer é que os conflitos internacionais se rarefaçam nas suas causas. Nunca, porém, se atingirá a supressão definitiva, nem mesmo se se tornassem por absurdo iguais todos os seres humanos fisiologica e psicologicamente.

MODIFICAR OS PROCESSOS DE ADMISSÃO AO OFICIALATO

— Agora, voltando ao problema do chefe, será preciso, entre outras coisas, modificar os processos de admissão ao oficialato e aos quadros de sargentos, de modo a só aproveitar, com rigorosa seleção, os elementos que tenham aptidão real para a carreira das armas, capazes de comandar as pequenas unidades, e que se tornarem verdadeiros auxiliares dos capitães, que são os chefes de primeiro grau. Há muita gente que busca o oficialato simplesmente para alcançar um meio de subsistência e depois, em vez de se dedicar à sua profissão, instruindo, educando, comandando e assistindo continuamente os seus soldados, se deixa ao abandono e

torna-se, ela mesma, elemento nocivo à vida do Exército, do qual se serve apenas com fins utilitaristas. Por isso, procura fora do Exército outros meios mais fáceis de vida e, quando volta a ele por força de qualquer circunstância imperativa, torna-se, dentro dele, elemento perturbador. Também os sargentos devem ter sua situação regulada de acordo com o que se verifica noutros países mais adiantados, devendo os mais capazes concorrerem ao oficialato. Não se trata de dar mais direitos aos militares. Trata-se é de lhes dar mais vantagens, como compensação às restrições de direitos que lhes fazem e aos deveres que lhes cabem.

Devem, igualmente, ser modificados os processos de acesso aos diferentes postos e quadros do Exército, segundo bases racionais, que permitam a seleção de valores reais e evitem as influências corruptoras, sobretudo as faciosas, as injustiças, o charlatanismo, etc. A promoção ao posto imediato não deve ser um direito absoluto, mas sim uma necessidade do Exército para colocar os mais aptos nos postos de responsabilidade. O militar promovido

deve julgar-se enobrecido, consciente do aumento de sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, sentir-se capaz de assumi-la. Em caso contrário, ele deveria ter a honestidade elementar de declarar-se incapaz de jogar com a vida, a sorte e a honra para alcançar o generalato e se manter nele, o oficial deve ser obrigado a dar provas evidentes de sua capacidade.

JUSTIÇA MILITAR

— Outro ponto importante: justiça militar. Segundo Gœthe, a medida de civilização de um povo é dada pela sua organização militar e pela organização de sua justiça. No Brasil, só se poderá alcançar o equilíbrio social quando a justiça não depender mais da política partidária e os magistrados forem os homens mais íntegros e dispuserem de garantias suficientes para exercer sua elevada função. Sem uma sólida organização e prática da justiça social, não haverá possibilidade de se estabilizar qualquer regimen político. Para o Exército e para a Marinha, há necessidade de justiça de exceção, no interesse da disciplina e no interesse da defesa das instituições e dos órgãos destas. Esta jus-

tiça tem que ser militarizada e a magistratura tirada do próprio Exército e da Marinha. Todas as questões do Exército devem ser resolvidas dentro do próprio Exército e com o próprio Exército. É a única maneira de se evitarem as intromissões indébitas, as confusões com formas divergentes ou paralelas, que naturalmente se formarão.

O alto comando deve ser constituído sobre bases lógicas, de modo a efetivamente poder ser exercitado em toda plenitude, sem entraves para a sua ação e sem conflitos com outros órgãos.

O BRASIL É CIVILISTA

— Um problema fundamental do Exército e a tropa. Num país como o Brasil, de geografia tão difícil e de parcos recursos orçamentários, o potencial de guerra é naturalmente fraco ou deficiente. O problema ainda é mais difícil de ser resolvido, dada a vulnerabilidade quase integral do nosso território. O potencial de paz deveria ser o maior possível para compensar de certa forma tamanho defeito. Mas as nossas condições sempre precárias e as contingências da nossa própria existência nunca permitiram, nem poderão permitir, em prazo previsível, uma elevação desse potencial, de modo a satisfazer as necessidades da nossa defesa quanto à guerra aérea, marítima e terres-

tre. O Brasil não deve nem pode ter intenções agressivas. Ele é civilista e pacifista o quanto se pode imaginar. Mas não depende dele haver ou deixar de haver guerra. Tem-se, então, que encarar esta eventualidade e, em consequência, criar o nosso sistema defensivo, mais adequado às nossas possibilidades, com a organização do Exército permanente e da Marinha de Guerra que deve convir-nos. Só dentro de um plano de conjunto, para ser realizado progressivamente, sem interrupções, e aperfeiçoado à medida que surgirem novas dificuldades, é que se poderá encarar com confiança o futuro, relativamente a esse problema dificílimo, de sua natureza mesma vital para a nacionalidade.

A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

— Desse plano devem surgir as leis e medidas concernentes à preparação moral e material do país para a guerra, a principiar pelas questões relativas à moral do efetivo mínimo a manter sob as armas; o serviço militar geral, inclusive a formação das reservas; ao Exército de paz, tendo em vista o aproveitamento das forças auxiliares que forem susceptíveis de serem aproveitadas, etc. É também parte importantíssima a educação física, moral e cívica do povo, particularmente da mocidade. Tudo isso e tudo o mais que concerne à preparação do Exército de primeiro choque e à formação normal e eventual do máximo de forças, compatível com as nossas necessidades em caso de mobi-

lização, devem ser postos no terreno prático. A instrução das tropas nas diferentes armas e serviços e a difusão do ensino militar, cada vez mais especializada, têm de ser objeto de preocupação constante do alto comando, só assim se podendo contar, em caso de necessidade, com efetivos bastantes para nos garantirem a segurança externa e interna.

NÃO POSSUÍMOS INDÚSTRIA DE GUERRA

— Quanto a material, não possuímos, como se sabe, indústria de guerra, senão rudimentar. E as necessidades da defesa nacional, num país como o Brasil, exigem material avultado e dispendioso. O Exército, a despeito dos sacrifícios orçamentários que a Nação tem feito, está precisando de renovar o material bélico e acrescê-lo, porque o de que dispomos é verdadeiramente ridículo. Todas as armas e serviços precisam recompletar o material das suas unidades, sem o que elas estarão desprovidas dos meios de ação que lhe são peculiares. Igualmente, em todas as regiões do país onde há e deve haver estacionamento de corpos de tropa, é preciso

além de outras coisas, fazer casernas, fornecer recursos em fardamento e equipamento e outros relativos à vida normal deles, dada a exiguidade que habitualmente perturba o serviço e a instrução da tropa, que precisa de conforto para viver. Os oficiais evitam as guarnições longínquas justamente porque essa falta de recursos é notória e premente.

Eis a situação, o problema geral do Exército, sob vários aspectos. Só na sua enumeração poder-se-á avaliar, dentro das nossas condições difíceis, que série de esforços e de medidas exige o seu aperfeiçoamento para pô-lo no pé em que deve ficar colocado. Toda atenção do governo e da administração militar deve estar voltada para estes problemas, tanto de ordem moral como de ordem material. E somente quando as forças militares do país estiverem completamente integradas no seu papel e forem realmente um instrumento de força do poder civil, poderão desaparecer totalmente as ameaças contra a nossa segurança interna e externa e contra a ordem.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA

— A Missão Militar Francesa, trazida ao Brasil pelo inesquecível general Gamelin, prestou os mais importantes serviços ao Exército, que, não tendo participado da Grande Guerra, havia se atrasado no que concerne às questões relativas à doutrina da guerra e aos processos de combate e sua aplicação, quer na organização das forças do tempo de paz, quer na passagem para o pé de guerra. Embora o Exército dispusesse de numerosos oficiais capazes, pela sua idoneidade e competência, lutava com a falta de recursos materiais e também de indústria que permitisse a formação de técnicos e especialistas. Além destas, dificultavam-lhe o passo muitos outras falhas próprias do nosso meio, algu-

mas das quais já foram apontadas, inclusive a ausência de uma mentalidade com o espírito militar, não só no Exército, como fora do Exército, e a falta de experiência, que é tudo na guerra. Com a vinda da Missão Militar Francesa, os nossos conhecimentos foram completados e aperfeiçoados progressivamente, por meio dos ensinamentos que ela nos trouxe e divulgou. Principalmente nas matérias relativas ao alto comando, serviço de Estado-Maior e organização e funcionamento desses serviços, e igualmente na prática e conhecimento dos meios modernos de combate e sua evolução crescente, os nossos oficiais receberam dela inspirações e impulsos muito importantes. O rendimento que a Missão Militar poderia ter dado teria sido, entretanto, maior em correspondência com a proporção dos esforços que se lhe poderiam exigir, se não fossem obstáculos intrínsecos à natureza do nosso meio: a série de preconceitos e de defeitos nossos, a incompreensão e ignorância dos dirigentes, o espírito de rotina, os vícios e falta de recursos crônicos das nossas administrações. Em todo caso, alguns

desses obstáculos foram transpostos e foi real a vantagem que nos proporcionou a Missão Militar Francesa.

COMO SE DEVE PRATICAR O NACIONALISMO

— Mudando o regimen implantado pela Constituição de 91, de modo a, por etapas sucessivas, ir progressivamente aumentando o poder do Estado e transformando as suas instituições para que elas possam exercer efetivamente a função social que lhes fôr destinada no aparelhamento da organização no mesmo Estado. Do ponto de vista político, a pluralidade de partidos, de organizações partidárias, consentida pela democracia liberal, está se tornando absurda pelo caráter particularista que é expressão desses agrupamentos sem finalidade nacional e, por conseguinte, organizados para atender quase exclusivamente a interesses de gru-

pos, de facções e indivíduos, e nunca aos interesses da coletividade. Os partidos com os programas, organização, estrutura e finalidade que tinham e ainda têm, tendem a desaparecer, porque na prática só representam e promovem a discórdia, a desunião, a exploração e a injustiça. Eles não agem para o bem comum, quando no poder, mas sim para o bem dos seus adeptos. Representam a divisão, a luta estéril, que leva à anarquia e à desorganização. O Estado, tendo o funcionamento dos seus órgãos sujeitos às oscilações partidárias, se enfraquece, transige, recua e não pode levar a efeito a sua obra em benefício da nacionalidade. É admissível, como transição, o partido único, nacional, movimentado sempre no sentido de engrandecer a Nação e não para a satisfação dos interesses individuais. O sistema representativo, pelo sufrágio universal e direto, pela maneira como é aplicado no Brasil, será sempre uma irrisão e uma causa de degradação de costumes políticos. A Justiça, sob todas as formas, social, econômica, etc., não pode ficar sujeita a variações comprometedoras de sua impar-

cialidade. Sobre a sua aplicação e moralidade é que se poderá fundar o equilíbrio social permanente. Como ela estava organizada e funcionava, era um escárnio atirado à massa explorada e empobrecida, em satisfação dos apetites dos potentados.

O PODER DO ESTADO

— O Estado deve ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a Nação, criando os órgãos e aparelhos próprios para organizar a nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo o cidadão brasileiro que sirva, realmente, à sua pátria. O Estado deve organizar os elementos de sua defesa interna e externa de uma maneira sólida e eficaz contra as surpresas e as investidas que perturbem a sua ação e procurem lançar a desordem no país. Nesse particular, o regimen passado mostrou à evidência o quanto ele foi inócuo para realizar essa segurança. Outro ponto radical é a educação do povo, sob o tríplice as-

pecto: do desenvolvimento físico, moral e intelectual. Tudo isso, com as exigências da vida coletiva contemporânea, nos demonstra que o Estado deve ter autoridade e meios adequados para resolver. E sem a organização da produção — base material — e a formação de uma mentalidade forte, confiante, em harmonia com a nossa continuidade histórica, que aceite e aperfeiçoe o que é bom e saiba rejeitar o que é mau — base moral — não se poderá vencer facilmente a crise que estamos atravessando. Só esse espírito nacional, que tem mantido a nossa unidade de raça, de religião, de língua e sobretudo política, e com as caraterísticas que lhe são peculiares, poderá dirigir a evolução da nacionalidade, dentro do imperativo que se tem criado no transcurso da evolução da vida humana.

O PROBLEMA É NITIDAMENTE BRASILEIRO

— O problema não é fascista, nem nazista, nem bolchevista, nem o de nenhum povo continental ou extra-continental. O problema é nitidamente brasileiro, nacional, sujeito naturalmente a outras influências, injunções e compressões que as fatalidades da civilização burguêsa e os seus paradoxos têm trazido para todo o mundo. Temos mesmo que imitá-los nesse ponto: — regular nossa economia, evitar a luta de classes, satisfazer as necessidades de todos pelo trabalho de todos e nos aparelharmos contra qualquer submissão ao imperialismo material, moral ou mesmo espiritual de qualquer outro povo. É uma espécie de nacionalismo econômico,

sem agressividade contra as outras nações, mas prevenidos contra as possíveis agressividades delas. É tornar-nos fortes em vez de fracos, que sempre fomos. Sem união, equidade, justiça, fortaleza de ânimo e fortaleza material não poderemos alcançar esse objetivo. Então, é preciso destruir implacavelmente toda causa ou elemento que seja contrário a essa idéia.

OS GRANDES HOMENS DO MOMENTO

— Mussolini, Hitler, Stalin, Mustafá Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar... Todos eles, para mim, são grandes homens, porque querem realizar uma idéia nacional em acordo com as aspirações das coletividades a que pertencem. E o que lamento é que somente daqui a muitos séculos se possa ampliar esse ideal à humanidade inteira, quando a civilização houver alcançado o mais alto grau de adiantamento, de solidariedade, confiança e fraternidade entre os povos.

NACIONALISMO E IMPERIALISMO

— A História ensina que nenhum povo pode se fortalecer senão dentro da idéia do nacionalismo. Vencida essa primeira etapa e quando ele chega ao apogeu, torna-se imperialista. No primeiro caso, ele vence as dificuldades internas que lhe surgem e, em plena prosperidade econômica, tem necessidade de expandir-se. Essa expansão, conforme a época da história da civilização, apresenta formas e modalidades diferentes. Foi assim no mundo antigo, com as nações e povos do Oriente próximo e da bacia mediterrânea: o Egito, os hebreus, os assírios e babilônios, os medo-persas, os gregos, os macedônios, os púnicos, os romanos que, finalmente, dominaram o mundo antigo. A decadência des-

tes e a vitória do cristianismo provocaram fenômeno idêntico na Idade Média, com a invasão dos bárbaros e, mais tarde, a expansão do império carlovíngio, a invasão dos otomanos e árabes, e outras invasões que sofreu o Ocidente. Estes povos, para se defenderem, criaram as instituições do feudalismo, que deram origem, com a evolução da civilização, às nações modernas. As lutas de caráter religioso e político, as lutas de conquista, enfim as lutas pela hegemonia de casas soberanas ou de nações, verificadas durante toda a Idade Moderna, não passavam de manifestações imperialistas: Inglaterra, França, Áustria, Hespanha, Frederico, Pedro o Grande, Catarina, a Grande, Gustavo Adolfo, etc. A Revolução Francesa mudou a face do mundo civilizado, destruindo os resíduos da organização feudal e criando, por intermédio da burguesia, as instituições democrático-liberais e o capitalismo moderno.

AS NAÇÕES MODERNAS

— Estas instituições estão agora agonizantes, tendo passado as nações modernas fortes pelas fases de nacionalismo e de imperialismo. A França de Bonaparte era nacionalista, a França de Napoleão tornou-se imperialista, isto é, internacionalista, e a França da 3ª República criou o império colonial. A Inglaterra, com outra modalidade, transformou o seu nacionalismo no império britânico internacionalista. A Alemanha, depois de se unificar, começou a fase imperialista. Vencida na guerra, voltou a ser nacionalista. O Japão, com a história cheia de dificuldades e de esplendor, encerrou o seu nacionalismo profundo. E o "sol levante" empreende agora a sua marcha natural para o

Ocidente. A Itália, depois de unificada, para evitar a anarquia, registra o mais sadio nacionalismo. A Turquia moribunda reergue-se com o nacionalismo e a energia incomparável de Mustafá Kemal. Portugal, decadente, reforma o caminho do nacionalismo. A Rússia — cuja história é típica, pelas fases bem caraterizadas de sujeição aos povos vazinhos, de revolta contra esses povos até se tornar nação independente e nacionalista, de imperialismo e expansão para procurar saídas para o mar, mesmo conservando os povos submetidos e o seu próprio povo à mais negra servidão — a Rússia Imperialista dos Tzares e imperialista de Trotzky e Lenine tornou-se nacionalista com Stalin, certamente para quando adquirir as forças suficientes ficar, de novo, imperialista. Os Estados Unidos, em face dos problemas da crise universal, restringem o seu regimen democrático no sentido do nacionalismo econômico. No continente sul-americano, as nebulosas revolucionárias não estão indicando outra senda. É possível, contudo, que o sonho de Bolívar venha a se tornar um estado de neces-

sidade para garantia do equilíbrio da própria vida das nações continentais. Não se pode, porém, senão hipoteticamente, encarar no presente uma tal eventualidade. Quanto a nós, há todo interesse em estreitar as relações políticas, econômicas e comerciais com os países vizinhos e com os Estados Unidos, em torno dos quais tradicionalmente girou a nossa política internacional.

A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— Esse problema, importantíssimo para a vida de todas as nações, é, no caso brasileiro, dados os precedentes da atual crise político-econômica, mais do que um problema importante: é um problema difícil. A Revolução de 30 não produziu a maioria dos efeitos dela esperados, destruindo ou neutralizando as causas dos nossos desacertos passados. A obra de destruição, que seria mais fácil, não tendo sido completa no período ditatorial, será muito mais aleatória no período constitucional, sobretudo com a democracia liberal e os excessos de individualismo. A obra de reconstrução é sempre mais demorada e muito mais difícil. Já que as circunstâncias nos conduziram à convocação da Assembléia Constituinte, só nos cumpre agora esperar pelos resultados do

trabalho dela. Depende, portanto, do regimen que ela instituir e da forma de organização do Estado, a escolha do futuro chefe da Nação. Se se realizar a idéa preconcebida de manter o presidencialismo, nos moldes do da América do Norte, teremos um presidente chefe do governo para um prazo que a Constituinte estipulará. Para o primeiro período da nova era constitucional, a eleição naturalmente se procederá em consequência do que ela determinar e, de acordo com o anteprojeto, serão os próprios constituintes que elegerão o chefe da Nação. Desde modo, ela terá que se pronunciar e não é fácil escolher o homem que deve presidir os destinos da Nação. Daqueles que estão com maior notoriedade no cenário político, parece que nenhum alcançará o consenso geral, pois, não havendo nenhum partido nacional e tendo, mais uma vez, fracassado a tentativa da União Cívica, só as forças particularistas é que vão decidir, de acordo com os seus interesses privativos. Não vejo, entretanto, possibilidade de um outro nome fora o dr. Getúlio Vargas, capaz de reunir a maioria dos votos.

A FORMA DE ELEIÇÃO

— A eleição direta no Brasil é uma burla e uma imoralidade, além de ser um processo de escolha ilógico, senão quando se trata de interesses também diretos e celulares. Fora daí, no que concerne aos interesses mais completos, só a eleição em graus sucessivos constituirá uma fórma de democracia organizada. Já que ao Parlamento tem cabido, no nosso sistema oligárquico, entre outros poderes, o de fazer segundos escrutínios, é melhor que se reduza ao primeiro: é mais econômico, mais sincero e exprime melhor a realidade dos fatos.

PORQUE FRACASSARAM AS TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS

— As causas, umas são remotas, outras atuais. Entre as primeiras, há as históricas e também as provenientes da nossa fatalidade geográfica: vastidão territorial, escassez de comunicações, despovoamento e ignorância popular, pobreza e falta de educação. E há ainda a pesarem a nossa formação político-administrativa e as condições da nossa economia. O conceito do federalismo no nosso meio sobrepôs os interesses regionais aos interesses nacionais, que praticamente foram colocados no último plano. Na nossa formação histórica, o federalismo estabeleceu-se em virtude de razões contrárias ao que foi es-

tabelecido nos Estados Unidos, sem, entretanto, deixarmos de adotar o mesmo regimen. Na sua aplicação, os Estados Unidos transformaram esse conceito no sentido de fortalecer cada vez mais a União. No Brasil, deu-se o contrário. Existem nos Estados Unidos partidos nacionais por isso e porque a civilização americana é muito mais adiantada e se espalha numa superfície muito mais concentrada, colocada entre os dois oceanos, enquanto a nossa, alongada no Equador, se estreita até as regiões sub-tropicais. Em resumo: foi a prática defeituosa de um regimen inadequado que impediu a formação de uma ideologia nacional, que se manteve apenas por efeito das forças reflexas do passado, e não permitiu a organização da opinião pública correspondente ao todo, isto é, à União, mas sim às partes constitutivas. O Brasil tornou-se, como já disse, um corpo sem alma e por isso "caiu como cai um corpo morto".

A LEGIÃO, O 3 DE OUTUBRO E A UNIÃO CÍVICA

— Quanto à Legião de Outubro, o seu fracasso foi devido à resistência ativa da frente única riograndense, do Partido Democrático, de S. Paulo, do P. R. M. e de outras organizações que tomaram parte na Revolução; e à resistência passiva das outras agremiações políticas derrubadas em 30 do poder. Também contribuiu para isso a incompreensão de elementos revolucionários e de extremistas, particularmente em S. Paulo e no Rio, de que resultou S. Paulo sentir-se ultrajado e retirar-se para preparar a reação.

Quanto ao Club 3 de Outubro, é evidente que prestou, algumas vezes, serviços decisivos ao Governo Revolucionário,

enfrentando as organizações regionalistas. Houve um momento em que, por isso mesmo, exerceu reconhecida influência. Mas as demasias, os exageros, a indisciplina, a demagogia dos elementos maus, que mais a mais se avolumavam na sua organização, acabaram por desmoralizar a sua ação. Tornou-se faccioso e então a sua marcha ascencional se deteve. Querendo intervir na vida íntima do Exército, ameaçando os seus fundamentos, que é a disciplina, o Exército o repeliu, porque as questões do Exército só podem ser bem resolvidas por ele próprio, que é quem tem as responsabilidades. Numa segunda fase, o Club 3 de Outubro transformou-se em órgão doutrinário e está agora com um programa de ação muito razoável. Ele poderá vir a resurgir como modelo de força nacional, dependendo tudo da marcha dos acontecimentos e da atuação e idoneidade dos seus elementos dirigentes. Em tudo é preciso esperar com a paciência e o alcance de vista nipônicos.

Agora, a União Cívica. Seja dito que, na realidade, ela nunca dispôs de consistência sólida. Era mais uma aliança de

partidos e facções regionalistas, sem coesão, tendo como principal finalidade uma finalidade rasteira: pleitear eleições para a Constituinte. O órgão diretor não possuía cabeça: era policéfalo. O corpo era de estrutura híbrida. Morreu como todo mostrengo e é difícil ressurgir.

TEREMOS, POR MUITO TEMPO, REGIMEN CONSTITUCIONAL?

— A previsão é difícil. O regimen que vamos inaugurar deverá resolver a crise econômico-financeira e a crise moral. Não há perigo de militarismo numa Nação como a nossa. O meio mais racional de estabelecer em bases sólidas a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo e obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, é justamente adotar os princípios de organização militar, contanto que seja isenta do espírito militarista, isto é, dando a conciência da necessidade de defender a sociedade pela organização e aquisição dos meios necessários no terreno político, econômico, jurídico, militar, etc. Não é o milicianismo nem o espírito de caudilhismo: é o verdadeiro espírito militar.

AS CAUSAS DO MOVIMENTO PAULISTA

— Ao meu vêr, como todos os movimentos desta natureza, teve a Revolução Paulista origens mediatas e imediatas. O que é lamentável é que não se tenha podido evitar esse movimento com tato, reflexão e energia. A sua origem mais remota resultou da própria prática do nosso federalismo, que superpôs as partes componentes ao todo. S. Paulo é a principal unidade da Federação, sobretudo no que concerne ao progresso material, com o desenvolvimento prodigioso de sua indústria e com a exuberante produtividade de suas terras, o acúmulo considerável de riquezas, a elevação do índice de vida individual e coletiva e outras manifestações

de progresso, cujo dinamismo só tem par no progresso "yankee". Essa hegemonia econômica também se manifestou forçosamente no terreno político, cultural, etc., dando a S. Paulo, com justiça, o lugar mais proeminente na Federação. E do sistema a que a prática do regimen de 91 deu lugar, coube a S. Paulo um papel ainda mais preponderante em toda a vida nacional, com a posse efetiva do poder público continuada, a política econômica brasileira, a política financeira, a política internacional, a política militar, a política administrativa e interna, a política partidária, enfim, toda a atividade da vida nacional tinha responsabilidade máxima direta ou indireta dos dirigentes do partido dominante em S. Paulo ou, pelo menos, girava em torno desse partido. A aliança com Minas e, às vezes, a competição dos grandes Estados do centro do país, não desarticulava o sistema, pois os demais Estados da Federação caíam como satélites na órbita de um ou de outro. E só o Rio Grande do Sul participava desse mesmo sistema de uma maneira mais independente.

A DEPRESSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E A VITÓRIA REVOLUCIONÁRIA

— Com a depressão econômico-financeira, a crise política, que já se tinha manifestado continuamente em muitas ocasiões sob várias formas, entrou numa fase aguda, permitindo o surto revolucionário vitorioso em 1930. S. Paulo, que estava sofrendo fortemente os efeitos da crise e que vivia sob o jugo de um partidarismo estreito, embora fosse o foco principal de resistência do Governo, não o defendeu com entusiasmo e recebeu com grande vibração o chefe do Governo Provisório e as forças vitoriosas. Tudo indicava que o povo paulista, dotado de formidável capacidade para o trabalho, iria contribuir com todas as suas forças vivas pa-

ra a restauração da vida nacional. Infelizmente, porém, os desacertos dos primeiros dias do Governo Revolucionário, as circunstâncias que internamente aumentaram as dificuldades, as explorações e intrigas que medraram de todas as fontes deram a impressão aos paulistas de que o movimento de Outubro era dirigido contra S. Paulo. Não tendo sido possível entregar o Governo do Estado ao Partido Democrático, pela oposição que levantou dentro mesmo de S. Paulo, e não havendo outra corrente política em condições de assumir as responsabilidades do poder, foi organizado o governo João Alberto, que logo despertou forte reação nativista e não pôde contar com apoio senão efêmero, sendo mesmo minado pelas rivalidades e intrigas de pseudo-correntes revolucionárias que se formavam em torno de figuras de chefes militares da Revolução. Com a saída do capitão João Alberto, a crise parecia que iria atenuar-se. Mas deu-se o contrário: continuaram os erros, as explorações, intrigas e rivalidades, e nunca foi possível instituir-se em S. Paulo um governo estável.

O DESENCADEAMENTO DA LUTA

— Tudo isso, com a atividade da chamada Legião Revolucionária ou Partido Populista, encarada como um verdadeiro ultraje à civilização e honra de S. Paulo e consentida pelo Governo Provisório, fez crescer a animadversão dos paulistas contra esse Governo, que estava, entretanto, por fim, decidido a obter a todo custo a colaboração mais ativa de S. Paulo nos destinos da Nação, como de direito. Mas já era tarde quando isso se verificou. De um lado, a irritação já era muito grande em todas as camadas da sociedade e a conspiração já ia muito adiantada para lançar S. Paulo numa luta contra o Governo, em combinação com forças de outros Estados, reunidas pela antiga frente

única. O Estado de super-tensão política era muito acentuado e a indisciplina e complicações que lavravam no Exército serviram de base para acender o facho de rebelião com o conhecido incidente provocado pelo general Klinger.

AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

O Sr. Getúlio Vargas deu, há pouco tempo, uma entrevista, em que falou dos benefícios da Revolução de S. Paulo. Segundo o chefe do Governo, o movimento armado trouxe, além de outras consequências boas, o restabelecimento da disciplina no Exército, sem falar na liberdade de ação que lhe facultou para dirigir os nossos destinos.

A Revolução Paulista trouxe esta consequência bôa: restabeleceu a disciplina no Exército, que estava realmente ao sabor das conveniências de alguns elementos agitadores e exploradores da farda, permitindo atrair a sua atenção para os perigos em que se encontrava a nacionalidade.

Mas ela trouxe ainda consequências lamentáveis para a comunhão nacional, pois uma luta fratricida é sempre pior do que a guerra externa mais violenta. Os atos do Governo Provisório em relação a S. Paulo, a atitude do Exército e da Marinha antes, durante e depois da luta, o desejo de paz de todos os brasileiros, inclusive os paulistas, são a garantia de que essas consequências em breve terão todas desaparecido, ficando apenas a lembrança presaga dos dias maus que enlutaram a nacionalidade brasileira, a perda de vidas e destruição do patrimônio moral e material. Foi uma dura lição para os governantes e para todos os brasileiros. E ela deve servir de escarmento e condenação para os agentes provocadores que, de um lado e do outro, a fizeram desencadear. Tudo indica que S. Paulo vai retomar o seu papel preponderante no movimento de reerguimento nacional, sobretudo a sua mocidade, e não se devem poupar esforços para que isso aconteça no mais breve prazo. Só um brasileiro degenerado poderia desejar para S. Paulo um tratamento diferente, tanto mais quanto

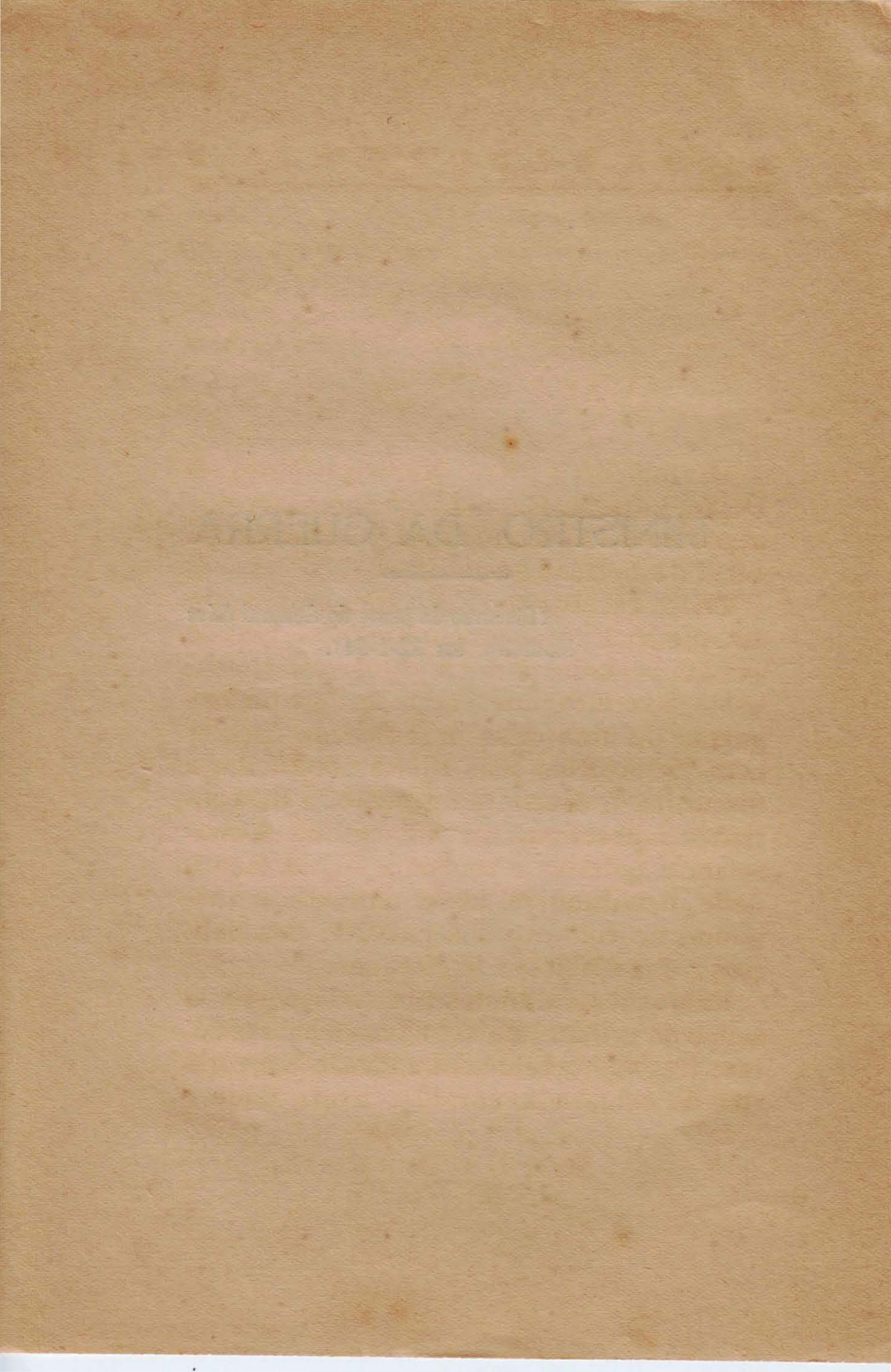
S. Paulo, sendo a principal unidade da Federação, não é favor, é um direito participar da direção dos destinos nacionais.

A ATUAL SITUAÇÃO PAULISTA

— A situação atual paulista parece caminhar neste sentido. Para mim, trata-se apenas de consumar, na prática, aquilo que já está na consciência de todos os brasileiros e que é uma necessidade vital na vida da Nação: restabelecer, com toda intensidade, o intercâmbio intelectual entre todas as unidades do Brasil, especialmente com S. Paulo, no sentido de revigorar o sentimento nacionalista. Os bandeirantes alargaram o nosso território no passado e eles têm o dever de ser, senão o maior, pelo menos um dos maiores esteios da nacionalidade por todas as gerações em fora. O Governo atual de S. Paulo está procurando resolver com clarividência os problemas que interessam à vida externa

do Estado, assegurar o ritmo do seu progresso e, sobretudo, fazer desaparecer qualquer ressentimento ou qualquer idéia contrária aos interesses do Brasil. Com os trabalhos da Constituinte, a participação de S. Paulo nos destinos do país será recomeçada. Já é grande a influência que o governo paulista está adquirindo e que adquirirá completamente quando S. Paulo tiver seu representante nas mais elevadas posições do Governo nacional e quando a contribuição política dos paulistas fôr decisiva em relação ao fortalecimento da Pátria, acima de qualquer consideração. É uma questão de confiança recíproca em que todos os brasileiros devem tomar parte e se empenhar.

MINISTRO DA GUERRA

(Discurso de posse do General Góes Monteiro, em 22-1-34).

"Exmo. Sr. general Espírito Santo — Deixa, hoje, V. Ex. a direção superior dos negócios do Exército, após um período de curta e laboriosa gestão.

Todos recordam o excepcional momento em que V. Ex. foi procurado, no retiro de sua inatividade, para vir colocar-se à frente do Exército, que então se debatia nas garras de uma crise orgânica de caráter bem agudo. Nas suas fileiras lavravam a discórdia, o descontentamento, a desconfiança, a descrença e a indisciplina. A consciência coletiva e suprema de sua finalidade inconfundível ia-se perdendo e apagando no tumulto das paixões, dos delírios e das ambições irrefreadas.

Raiavam rivalidades por toda parte. O senso da ordem caía até às mais baixas cotas; fragmentavam-se a cohesão e o espírito de camaradagem da tropa, onde o

aventureirismo insidioso tomava pé e rangia os dentes espelhando ameaças dentro da instabilidade reinante, geradoras das incertezas que revoluteavam, correndo pelos declives e pelas brechas que se acentuavam mais e mais, fendendo ou desgostando a estrutura do organismo nacional.

Foi assim que V. Ex. aceitou com evangélica serenidade o pesado fardo que as circunstâncias lhe depuseram sobre os ombros; e foi assim, com igual espírito de stoicismo, que V. Ex. soube conduzir-se através da mais tormentosa e mais perigosa fase que tem vivido a Nação Brasileira. E é ainda revestido dessa mesma serenidade e desprendimento que V. Ex. reingressa no reconforto e na simplicidade do seu lar honrado, para usufruir o merecido repouso, as merecidas recompensas e honrarias, que ficam muito aquém da somma de trabalhos e de esforços que V. Ex. foi obrigado a despender.

Os porvindouros enumerarão no ativo de V. Ex. — por entre as graves páginas confusas e envermelhecidas da nossa História mais recente — a sua figura singular e impressionante na representação do

papel elevado que lhe coube desempenhar, com uma distinção notável e com uma linha de conduta que atraem sobre sua pessoa juízos bastante lisonjeiros.

.. ..

V. Ex. assistiu as transformações medulares operadas no curso e nos campos de combate; o estabelecimento da disciplina intelectual e a hierarquia, a seleção de valores, o renascimento do espírito aguerrido, a aplicação metódica e racional de princípios de doutrina consagrada, a ação e responsabilidade do comando.

E depois seguiu-se a fase não menos árdua e crítica de cicatrização das feridas, de reerguimento moral e profissional do Exército, a qual se vem processando lentamente devido às nossas precárias condições financeiras, quase prohibitivas da aquisição do material e da organização industrial de que precisamos imediatamente, pois o espesso nevoeiro que fecha os horizontes das relações e intenções internacionais só nos aconselha que não devemos mais ser um povo negligente.

V. Ex. presidiu com a sua imperturbável modéstia e clarividência os principais

atos governamentais prenunciadores dessa nova política militar que se deve ensaiar e que, se não fôr proseguida resolutamente com um objetivo definido e patriótico, poderá colocar-nos à mercê das surpresas e dos golpes mais rudes e imprevistos.

É com os olhos de Argos que devemos perscrutar o futuro, para assim nos prevenirmos contra as possíveis adversidades que a má vontade da Deusa Fortuna queira enviar-nos.

V. Ex. soube bem compreender as necessidades vitais do Brasil, de reanimar, revigorar, reforçar o coeficiente de sua expressão de fortaleza para não sermos debilitados e para não servirmos de pasto e de presa cobiçada e frágil do imperialismo universal, que se reveste das formas mais variadas, inclusive sob a ficção doutrinária, larga e ilusória do internacionalismo.

.. ..

O homem jamais se convencerá de que é pó aglutinado e ambulante, suscetível do império da série infinita de contingências da própria vida que o anima.

A avidez pela ascensão em quase todos

é incalculável, e nenhuma espontaneidade de abdicação normalmente pode reduzi-la ao justo termo.

Entre os militares, e em particular no oficialato, cujas responsabilidades se tornam inflexíveis, crescentes e transbordantes, raros são os que tomam a peito, sem desfalecimento e defeituosidades, o tríplice aspecto que concentra-se na função de comando: "administrar, instruir e educar".

Algumas delas, sobretudo a última, é relegada, quando não são elas totalmente deturpadas ou esquecidas. Não pode comandar bem quem não sabe, em princípio, comandar-se a si mesmo.

. . . .

O Exército fraco é melhor que não exista. Ele terá de ser nutrido e fortalecido até chegar ao nível compatível com a segurança nacional.

Se a História é uma realidade ou a Verdade relativa, a legenda é um artifício dourado para empanar a nudez horrenda com que frequentemente são marcadas as suas páginas.

O chefe pode e deve ouvir todas as opi-

niões. Às vezes um simples soldado pensa com mais acerto do que um bom general. Compete, porém, ao chefe decidir; isto é, gerar o acontecimento próprio para realizar a sua vontade, sem medir o valimento das pretensões de outrem, calculando friamente com os trunfos de que dispõe e com as probabilidades da reação adversa.

Não se vence sem sacrifícios: e antes de tudo é preciso sacrificar-se a si mesmo, imolando amigos os mais diletos, recalcando para o fundo d'alma os sentimentos, os preconceitos e as ações que turbem e prejudiquem a conquista do objetivo que se tem em vista.

. . . .

Sr. general Espírito Santo:

Na sua despedida ao Exército ativo, acompanham-lhe o respeito e a gratidão de todos, a minha veneração e afeto pela grandeza de suas virtudes.

Resta, para guiar-me bem, seguir na esteira de sua experiência fecunda — trabalhar com todo o vigor das minhas forças, para melhor servir à nossa grande Pátria.

Já muitos sóis foram passados e a Nação brasileira vem sendo sacudida pelos rumores subterrâneos e por eclosões espaçadas. É mister incluí-la agora no sentido exato dos seus exatos destinos.

A política, hoje, tornou-se a ciência do que é necessário...

Trabalhemos continuamente pela paz, mas sempre pensando na guerra: "Je m'engaje, puis je vois".

EXPLICAÇAO DE ASSIS CINTRA

No fim do anno passado, estando eu em visita ao chefe político paulista Ataliba Leonel, encontrei-me no corredor do Hotel Astoria com o Gal. Góes Monteiro, que se achava acompanhado do Dr. José Ataliba Leonel. Approveitando a opportunidade, pedi ao Gal. Góes licença para publicar em livro o esboço histórico da revolução de 30, por elle escripto, no qual explicava como e porque entrara nessa revolução.

— General, disse-lhe eu, peço permissão para publicar em livro o que o sr. escreveu sobre a Revolução de 30, já divulgado nos jornaes. Meu intento é perpetuar no livro as coisas interessantes que li no "Correio da Manhã" e na "Polyanthéa", sobre a Revolução de 30.

— Não me lembro mais disso, respon-

deu-me o general, jornalista honorário, *conforme elle mesmo se classifica.*

— Mas, general, retorqui, como autor de livros históricos, queria publicar o que o sr. escreveu sobre a sua participação no movimento de 3 de Outubro. O meu desejo é deixar num livro, que tem vida longa, aquillo que viveu nas columnas de um jornal ou de uma revista. O jornal e a revista têm existência ephêmera. E o seu relato, como chefe militar da revolução de 30, é de importância capital, como fonte de informação histórica, para os historiadores futuros.

— Pois então você está autorizado, pode publicar, terminou elle, sorrindo.

Agradeci-lhe a autorização e resolvi publicar este livro. Já estando quase prompta a brochura, li um discurso do Dr. José Américo de Almeida, saudando o Gal. Góes Monteiro, num banquete que as classes armadas a este offereceram, e a resposta do homenageado sobre o Exército e a política. Achando interessante essa explanação, que é incontestavelmente um importante documento histórico deste momento notabilíssimo da vida

nacional, resolvi publicá-lo também no livro, para que tenha vida mais duradoura.

E ahi está a razão deste volume, do qual me fiz editor. (*)

— Leia-se o que contém este livro e depois vejam se prestei ou não um grande serviço à história do Brasil, não deixando desapparecerem esses importantíssimos documentos de nossa vida político-militar. É isso um retrato, retrato do anno brasileiro de 1933. O discurso do Dr. José Américo diz o instante histórico que estamos vivendo; o relato e a dissertação do Gal. Góes valem ouro de lei pela sua significação político-militar.

José Américo proclama que o Exército tem o direito de puxar as orelhas da Política quando ella se entorta; o Gal. Góes affirma o direito do Exército de zelar pela honra política *da Nação.*

Essas duas asseverações são uma doutrina nova que deve ficar nas páginas de

(*) O Prof. Assis Cintra, que foi autorisado pelo Gal. Góes a publicar o seu depoimento histórico, entregou à nossa empresa a incumbencia de divulgá-lo.

um livro. Por que deixá-las morrer nas columnas dos jornaes?

Além disso, no relato da Revolução de 30, há um esclarecimento que precisa ser registrado:

— O famoso Luiz Carlos Prestes, decantado Cavalleiro da Esperança, *recebeu dinheiro para se incorporar à revolução do Rio Grande do Sul e fez com o governo gaúcho o que os peixes sabidos costumam fazer com os pescadores: comeu a isca* e cuspiu *no anzol.*

O magistral esboço histórico do Gal. Góes termina com este conceito, attribuído ao grande marechal Worwaertz, da Prússia, em se referindo ao general conde Boumont, que delatara os planos de Napoleão:

— Ama-se a traição, mas despreza-se o traidor...

Só isso vale um livro inteiro.

ASSIS CINTRA.